

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**ESCOLA MUNICIPAL JOÃO NASCIMENTO FILHO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP**

**ESTÂNCIA-SE**

**2015**

**SUMÁRIO**

**1 APRESENTAÇÃO.........................................................................................................**

**2 INTRODUÇÃO...............................................................................................................**

**2.1 IDENTIFICAÇÃO...........................................................................................................**

**2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS, FÍSICOS, E ADMINISTRATIVOS DA ESCOLA..................................................................................................................................**

**[...] O dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANNI, 1994 p. 66)**

1. **APRESENTAÇÃO:**

Parte-se do entendimento de que a concepção histórico-social de homem e sociedade, constitui-se num dos eixos norteadores para o trabalho pedagógico crítico-emancipatório que visa formar o homem omnilateral**[1],** o homem consciente dos problemas de seu tempo, de seu mundo, um sujeito capaz de contribuir para produção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Pois sabe-se que os inúmeros problemas sociais e educacionais em que nos deparamos na atualidade e o verdadeiro papel da educação é motivo de ampla discussão na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, a escola enquanto instituição formativa deve decidir por seus rumos e questionar constantemente sua função. Até porque, uma escola que não consegue se decidir por um projeto educacional, caminha sem direção e tem poucas chances de contribuir para a formação cidadã, entendendo aos desejos e anseios contemporâneos e ao desenvolvimento pleno das atuais e futuras gerações. Por isso, preconiza-se o Projeto Político Pedagógico – PPP.

Partindo desta perspectiva, o PPP da Escola João Nascimento Filho - JNF se fundamenta no princípio de ofertar um modelo de educação que dê conta de contribuir para a emancipação do cidadão, através da construção: disseminação do conhecimento e (re) leitura de mundo, num processo contínuo de aprendizado e envolvendo professores, alunos, funcionários e toda a comunidade escolar.

A Proposta apresentada aqui neste PPP prioriza a oferta de um modelo de educação emancipatória, que venha contribuir para práxis social, dentro de uma perspectiva histórico crítica, considerando, a reflexão, ação e construção de uma nova realidade social. Enfatiza-se também a intencionalidade de realização de um desafio: promover ações educativas, no sentido de desvelar as causas de exclusão, de possibilitar a vivência de práticas inclusivas, tanto no que se refere ao conhecimento que é trabalhado, quanto nas formas de participação no espaço escolar.

----------------------------------

**[1]** Segundo Manacorda (1991, p.79) trata-se da chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidade produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo pelos bens, espirituais e materiais, dos quais o trabalhador tem estado excluído em conseqüênciada divisão do trabalho.

Nesse sentido, uma proposta pedagógica voltada para a formação omnilateral do homem deve propiciar ao indivíduo subsídios teórico-práticos para que desenvolva o pensamento crítico, a capacidade de elaborar sínteses, de recuperar a totalidade do pensamento e permitir ao homem chegar à concretude, à essência do fenômeno. Enfim, deve oferecer uma formação que permita ao homem conhecer a realidade concreta, descobrir seu movimento, suas contradições, rompendo com uma visão fragmentada e deturpada do real.

Isso porque, sente-se a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletivo, que possa ofertar subsídios para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública de qualidade que eduque do fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social.

Para isso entende-se que cada unidade escolar está inserida num contexto próprio, determinado por diferentes valores, expectativas, realidades econômicas, sociais e culturais próprias. Portanto, cada escola desenvolverá, observando os dispositivos legais, o seu projeto pedagógico que atenda aos interesses coletivos, expressando sua identidade e seu compromisso com o aluno e com a sociedade. A escola deve assumir, como uma das suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa, visto que a construção de um Projeto Político Pedagógico envolve uma profunda reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, a realidade da escola e a sua comunidade. Neste enfoque toda a equipe escolar, a partir de um diagnóstico, discute, propõe e define metas, ações e prioridades com a intenção de buscar caminhos para superar os entraves e contemplar ideais possíveis de serem realizados, aproximando o ensino das necessidades dos alunos.

Dentro desse contexto, parte-se do entendimento de que,

[...] O projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutina crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação. (VEIGA, 1998).

Por esse motivo, o Projeto Político Pedagógico da Escola é um instrumento que deve refletir a realidade da escola, apresentando as finalidades, concepções e diretrizes, a partir das quais se origina todas as outras ações da escola, tornando-se um norteador da ação pedagógica e também um elemento de integração e articulação da comunidade escolar e local. Sua construção coletiva confere a escola uma identidade peculiar, autonomia e gestão democrática, visto que existe um comprometimento estabelecido coletivamente. Implica, portanto, um fortalecimento da escola na concretização das ações educativas que foram definidas.

**MARIA ELZE DOS SANTOS PLÁCIDO**

**DIRETORA PEDAGÓGICA**

**PORTARIA: 1.157/2013**

**1. INTRODUÇÃO:**

Entende-se que o Projeto Político Pedagógico - PPP de toda escola deve ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar, significar e re-significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Visto que, sua dimensão política pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares e da sociedade. Dimensão esta que se caracteriza como um dos eixos de trabalho proposto pela Escola Municipal João Nascimento Filho. Pois,

[..] ao desenvolver o Projeto Político Pedagógico, as pessoas re-significam suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Até porque, muitos problemas sociais, com os quais convivemos, são objetos de estudos na sociedade atual e a escola, como instituição formadora, não têm como se desvincular dessas questões.

Assim, reafirmamos a importância e finalidades do Projeto Político Pedagógico, o qual se constitui como a alma da escola, simbolizando a vida e o trabalho de todas as pessoas que fazem a educação no dia-a-dia (direção, conselho escolar, equipe pedagógica, professores, alunos, pais, funcionários da escola e a comunidade em que ela está inserida).

Enxerga-se que um dos desafios a ser enfrentado pela escola contemporânea diz respeito às mudanças proporcionadas na sociedade pelos últimos avanços tecnológicos, as quais tornaram instantânea a comunicação no planeta e globalizaram a economia em um grande mercado, onde o diferencial das nações depende da educação e a capacidade de iniciativa de suas populações.

Aspectos que são tidos como comuns no mundo atual, como o pluralismo político, a multiculturalidade, a intolerância nas relações inter e intrapessoais, as diferenças de classe e de oportunidades, o combate a toda forma de exclusão e a necessidade de inclusão social, são dominantes, o que exige maior autonomia, novas formas de participação social e um novo tipo de formação. Levando em consideração os aspectos acima relacionados, esta unidade de ensino pretende possibilitar introduzir mudanças planejadas e compartilhadas coletivamente, pressupondo um compromisso com a aprendizagem dos estudantes objetivando uma educação emancipatória.

No intuito de atender o objetivo proposto pela Escola Municipal João Nascimento Filho, este PPP têm como pressuposto, envolver todos os estudantes num processo coletivo, partindo de valores, concepções, princípios e crenças presentes em todo o grupo e que dizem respeito ao futuro do homem e da sociedade.

**O Projeto Político Pedagógico aqui proposto está fundamentado numa metodologia democrática, participativa, através de uma responsabilidade assumida coletivamente e embasado nos pressupostos teóricos e metodológicos da pedagogia histórico critica, na qual se enfatizam os seguintes aspectos: a prática social inicial do educando, todo conhecimento deve ser questionado ( problematização); a importância da aprendizagem para a vida e sua possível aplicabilidade para a solução dos problemas sociais, (instrumentalização); a catarse e a prática social final.**

**Defendemos a Pedagogia Histórico Crítica como norteadora da Organização do Trabalho Pedagógico – OTP dos professores desta unidade de Ensino, por acreditarmos como uma concepção que atende a formação omnilateral, visto que, sustenta-se nos pressupostos A concepção histórico-social tem como pressuposto ontológico, gnosiológico e axiológico o materialismo histórico-dialético, ou seja, a compreensão do desenvolvimento histórico a partir do modo como os homens produzem sua existência.**

Numa concepção histórico-social, o homem não é um ser dado, acabado, mas um sujeito em formação, em construção. É um sujeito que se constitui como “ser humano” no processo de objetivação e apropriação do mundo humano, produzido pelos próprios homens. Ora, o que se está afirmando é que a formação do homem, enquanto um ser social, histórico e prático, não está atrelada apenas à herança genética ou à influência do ambiente externo, mas ao processo de apropriação dos conhecimentos, valores, cultura que já foram produzidos pela humanidade; ou seja, nas relações, interações que são produzidas entre os homens em uma determinada sociedade.

PAGINA 09 COLOCR AQUI

Assim, a visão a ser trabalhada nesta unidade de ensino, em relação ao conhecimento, é a de que este deve responder aos desafios presentes na sociedade contemporânea, fazendo com que os estudantes possam integrar o que foi aprendido na construção de uma nova realidade social, retornando à prática cotidiana com novas propostas de ação e mudanças, estabelecendo a relação tese-antitése-síntese, ou seja, prática teoria prática.

Por fim, entende-se que a visão defendida nesta instituição de ensino em torno da formação de nossos estudantes, tanto em relação á modalidade EJA e a modalidade da Educação Especial quanto ás etapas do ensino fundamental (I Ciclo) e fundamental (II Ciclo) estão respaldados no desenvolvimento de um trabalho que tenha a missão de formar indivíduos conscientes, participativos socialmente críticos, transformadores de novas realidades, um mundo mais justo a igualitário. Enfim, uma formação verdadeiramente emancipatória e omnilateral.

**2.1 IDENTIFICAÇÃO:**

**NOME DA ESCOLA:** ESCOLA MUNICIPAL JOÃO NASCIMENTO FILHO – J.N.F.

**CODIGO DA ESCOLA:** 280 245 67

**CÓDIGO DA ESCOLA NO CENSO ESCOLAR:** 280 245 67

**LOCALIZAÇÃO:** ÁREA URBANA

**ENDEREÇO:** RUA VERESSIMO VIANA - N° 171

**TELEFONE:** (79) 3522 - 5025

**MUNICIO:** ESTÂNCIA

**ESTADO:** SERGIPE

**E-MAIL:**[ESCOLAJNF@YAHOO.COM.BR](file:///C:\h)

**MANTENEDORA:** PREFEITURAL MUNICIPAL DE ESTÂNCIA.

**CURSOS OFERTADOS:**

* Ensino Fundamental – 1° ao 5° ano (I Ciclo)
* Ensino Fundamental – 6° ao 9° ano (II Ciclo)
* E.J.A. – Educação de Jovens e Adultos
* Educação Especial

**ATOS DE CRIAÇÃO, RESOLUÇÕES DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO AUTORIZAÇÃO DE FUCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO:**

Resolução N° 100/ 82 de 22/12/ 82

RECONHECIMENTO DO ESTABELECIMENTO:

Resolução Nº 114/ 89 de 27/ 06/ 82

**2.2 ASPECTOS HISTORICOS E FÍSICOS ADMINISTRATIVOS DA ESCOLA:**

A Escola Municipal João Nascimento filho, localizada na Rua VeríssimoViana, Nº 171, da cidade de Estância (SE), mantida pelo Governo Municipal, foi transferida pelo Decreto 1.541 de 20/02/1979, tendo o seu funcionamento autorizado pela Resolução Nº 100/82 de 22/12/82 e reconhecida pela Resolução Nº 114/89 de 27/06/82, documentos expedidos pelo Conselho Estadual de Educação – CEE.

Atualmente a Escola João Nascimento Filho funciona em três turnos (Manhã, Tarde e Noite), possui ao todo 46 turmas, sendo 20 (vinte) turmas do Ensino Fundamental (I Ciclo), do 1º ao 5º ano; 18 (dezoito) turmas do Ensino Fundamental (II Ciclo) do 6º ao 9º ano e 07 (sete) turmas da EJA e 01 sala de atendimento Educacional Especial – AEE.

A escola é contemplada pelos seguintes programas do Governo Federal: o Programa Mais Educação atendendo um total de 573 alunos distribuídos nas oficinas de esporte e lazer; dança, orientação de estudos e leitura; judô e percussão, O Programa atleta na Escola, O Programa Mais Cultura com a oficina cultural digital e comunicação (Rádio Web) e o Programa Escola Sustentável.

**2.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO:**

**2.2.3.1 Clientela: Alunos/ Pais**

A comunidade escolar é caracterizada, em sua maioria, por familiares advindas da classe médio-baixa, cuja renda oscila de um a três salários mínimos.

Boa parte dos estudantes atendidos nesta unidade de ensino depende do transporte escolar, por causa da distância da escola até a localidade onde moram.

A participação dos pais na escola é ainda uma meta a ser aprimorada nesta instituição, embora alguns participem das reuniões destinadas a discussões sobre interesse geral ou quando se trata exclusivamente de questões pedagógicas, ou seja, sobre o rendimento escolar dos filhos, dentre outros assuntos. A escolaridade dos pais de nossos estudantes varia do analfabetismo ao curso superior sendo que, em sua maioria, possui o Ensino Fundamental incompleto.

A faixa etária dos alunos atendidos por este estabelecimento de ensino varia de 07 a mais ou menos 45 - 55 anos de idade.

Segundo os pais, alguns pontos definem uma escola de qualidade. Dentre eles, são citados:

* Não haver discriminação de qualquer espécie;
* Participação ativa da comunidade no dia-a-dia da escola;
* Haver organização e professores motivados e compromissados com a sua função;
* Materiais disponíveis ao processo de ensino-aprendizagem atualizado e que atendem às exigências do mundo contemporâneo;
* Escola Democrática;
* Boa estrutura física.

Muitos dos pais acreditam contribuir para o bom andamento da escola da seguinte maneira:

* Participando dos encontros proporcionados pela escola;
* Dialogando com os filhos sobre a questão dos valores;
* Colocando à disposição para auxiliar nos eventos promovidos pela instituição.

**2.2.3.2 PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS**

A Escola Municipal João Nascimento Filho – JNF possui atualmente um quadro de funcionários, atuantes, nas funções de agentes de Execução e Agentes de apoio Administrativo, totalizando 18 (dezoito) funcionários e 71 docentes efetivos e 12 docentes contratados todos atuam nas diversas etapas e modalidades do Ensino.

A Escola possui também em sua demanda a função de Diretor Administrativo com carga horária de 40 horas semanais e Diretor Pedagógico com carga horária de 40 horas semanais e Equipe Pedagógica com 100 horas semanais, distribuídos ao longo dos turnos de funcionamento da escola.

**3. OBJETIVOS GERAIS:**

1. Trabalhar a prática pedagógica dentro dos pressupostos teóricos e metodológicos da Pedagogia Histórico – Crítica, tendo como referência para os conteúdos trabalhados em sala, o Referencial Curricular desta unidade de ensino.
2. Conquistar maior autonomia para a unidade escolar, abrindo possibilidades para a realização de experiências inovadoras, ousadas e desafiadoras;
3. Organizar e desenvolver situações de ensino: reconhecendo e respeitado diferenças relacionadas a fatores tais como nível socioeconômico, cultura, etnia, gênero, religião/religiosidade e outros; formulando objetivos de ensino contextualizados, possíveis de serem atingidos e expressos com clareza; selecionando conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem adequadas às condições dos alunos e aos objetivos pretendidos; planejando instrumentos de avaliação diversificados, que sejam capazes de captar a gama de resultados obtidos com situações criadas e experiências vivenciadas;
4. Utilizar os conhecimentos sobre a realidade: econômica, cultural, político e social, para compreender o contexto em que está inserida a prática educativa, explicando as relações entre o meio social e a educação e comprometendo com a transformação dessa realidade.

**4.OBJETIVOS ESPECIFICOS:**

1. Colaborar na formação de propostas de intervenção pedagógica voltadas para a reorganização do trabalho escolar, tendo em vista o progresso de todos os alunos da escola;
2. Possibilitar o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, na ação docente;
3. Subsidiar a elaboração e execução de programas, comprometendo com o desenvolvimento profissional, com a ampliação do horizonte cultural e a formação permanente dos docentes;
4. Refletir sobre a prática docente, de forma a aprimorar, avaliando os resultados obtidos e sistematizando conclusões a respeito.
5. Possibilitar uma formação pedagógica e social, de forma que o aluno possa atuar como cidadão e como profissional consciente e responsável pautando por princípios da ética democrática – dignidade, respeito mútuo, justiça, participação, responsabilidades, diálogo e solidariedade;
6. Favorecer a participação da comunidade na gestão democrática da escola, integrando as diversas associações existentes (APME/Conselho Escolar, dentre outras), buscando caminhos para resoluções de problemas;
7. Contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática, fraterna e sustentável;
8. Favorecer as reflexões e a busca de informações para a compreensão do significado e da importância da qualidade na educação democrática e popular do ensino público;
9. Superar as imposições ou disputas de vontades individuais oportunizando a toda a comunidade escolar a vivência da construção e participação de todos na gestão democrática.

**5. PRINCIPIOS FILOSÓFICOS DO TRABALHO ESCOLAR:**

Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, seus envolvidos devem empenhar na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico – PPP, conjuntamente com o Referencial Curricular estão atreladas aos pressupostos, teóricos e metodológicos, da Pedagogia Histórica – Crítica possuindo a propositura de contribuir para a emancipação dos educandos ao tempo que busca fortalecer o compromisso na e para transformação social.

Visto a realidade em que se insere a Escola Municipal JNF, entende-se haver a necessidade de um tipo de formação que possa atender às expectativas das vivências diárias desses alunos. E para que haja a construção de uma escola que dê conta de entender essa característica deve-se possibilitar a reflexão a partir do lugar em que ela esta inserida, na prática social dos sujeitos a fim de se reconhecer na construção de uma identidade cultural e de um sentimento de pertencimento, condições fundamental para a formação que se almeja, qual seja, uma formação democrática e omnilateral.

Cabe ressaltar que o conceito da Escola JNF gira em torno desse tipo de educação, passando pelo principio de que ela deve funcionar como um local de produção do conhecimento, socialização cultural, valorização dos saberes dos alunos e estímulo a criação de novos saberes, visando o desenvolvimento integral dos educandos.

Assim, a preocupação com a formação cidadã, humana, emancipatória e omnilateral vem de encontro à realidade que enfrentamos, pois muitos dos problemas sociais e educacionais em que nos deparamos, contrapõe a problemas vigentes na sociedade, em caráter mais amplo.

A nossa população escolar, frente a questionamentos apresentados, define a importância da escola e um projeto de educação, abrangendo os seguintes aspectos:

* A escola é um local que proporciona a socialização do aluno;
* É um ambiente que torna possível a criticidade, desenvolve novas visões de mundo, conscientiza sobre direitos e deveres favorecem a participação ativa e consciente do individuo em sociedade e estimula a vivência da cidadania plena;
* A escola contribui para o enfrentamento dos desafios e das exigências do mercado de trabalho;
* Favorece e complementa a formação integral da pessoa – omnilateralidade.

Pois entende-se que pensar o papel político e pedagógico que a escola cumpre no interior de uma sociedade, dividida em classes sociais, dentro de um modo de produção capitalista, implica em reconhecer a educação como um ato político, que possui uma intencionalidade e, contraditoriamente, vem contribuindo, ou para reforçar o modelo de sociedade, sua ideologia, a cultura e os saberes que são considerados relevantes para os grupos que possuem maior poder, ou para desvelar a própria forma como a escola se articula com a sociedade e seu projeto político, se constituindo num espaço emancipatório, de construção de uma contra ideologia, onde a cultura e os saberes dos grupos sociais que historicamente têm sua historia negada, silenciada, distorcida, esteja em diálogo permanente com os saberes historicamente acusados e sistematizados na historia da humanidade.

Outra questão de grande relevância e que deve permear todo o trabalho escolar é o de que vivemos em uma sociedade em que os excluidos sociais, especificamente a raça negra, os deficientes, a classe baixa, padece por conta da existência do preconceito. Muitas vezes camuflado, porém, sem deixar de existir, atinge boa parte das pessoas, chegando à vivência escolar.

A própria Historia da Humanidade retrata a historia vivida pelos excluídos, em que são relatados fatos como a opressão, a exploração, a aculturação e a violência tanto física, como também a violência moral.

A forma de vivência e sobrevivência a que se submeteram esses excluídos levou-os a se tornar um povo lutador por seus direitos, embora nem sempre respeitados pela grande massa de exploradores. Surgem leis, ao longo dos tempos, em que tem como principal intuito, fazer com os direitos desse povo fossem respeitados e viabilizados em sociedade. Surgem também diversas contribuições culturais, que mesmo massacrada, não desiste de firmar a riqueza de princípios, costumes e valores, especialmente da raça negra. Princípios, costumes e valores que contribuem imensamente para a preservação e enriquecimento da cultura brasileira.

Atualmente, percebe-se que paralelamente à situação vivenciada pelo negro e outros excluidos no mundo, em nosso país, em nosso estado, no nosso município e especificamente, nas pequenas comunidades e aglomerações sociais, como nas escolas, retrata situações de desvalorização e preconceito, o que tem causado conflitos de identidade.

Diante do que foi abordado, nota-se que o homem contemporâneo se vê “obrigado” a conviver com um “verdadeiro espetáculo de diferenças” o que fica claramente percebido nas escolas. Por este motivo, esta unidade de ensino, centra-se na visão de que deve haver um empreendimento no sentido de desenvolver um trabalho pedagógico, no sentido de contribuir para a construção de uma visão ampla quanto às diversidades.

Pois entende-se que resgatando valores de tolerância coletiva e respeito às diferenças, estaremos contribuindo para que o nosso aluno possa viver e construir um tipo de sociedade diferente da que vivemos. Se não for possível a extinção do preconceito e da descriminação, permanece o sonho de uma sociedade mal digna para as futuras gerações. Nesse sentido, a Escola Municipal João Nascimento Filho - JNF desenvolve durante os meses de outubro e novembro o Projeto Pedagógico baseado na Igualdade de Gênero. Pois entende-se que a escola deve dar conta de formar cidadãos conscientes de seu papel para com as mudanças sociais, não sendo mero expectador dos desafios enfrentados em sociedade, contribuindo nesse sentido, para as transformações necessárias.

Ressalta-se também que num processo educacional, em que se trabalha a formação do cidadão de forma interdisciplinar, não se pode deixar de lado a visão educacional de que o trabalho é um dos eixos do processo educativo, porque é através dele que incorpora a própria história da formação humana. Portanto, o trabalho deve ser o centro da formação humana em todo o ensino. Ter o trabalho como principio educativo implica em compreender a natureza da relação que os homens estabelecem com o meio natural e social, bem como as relações sociais em suas tessituras institucionais, as quais desenham o que chamamos de sociedade.

Assim, a educação é também uma manifestação histórica do estar e do fazer humano, o que fundamenta o processo de socialização.

**6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO:**

Portanto, considerando o trabalho enquanto processo educativo, entendendo-o como atividade humana mediadora no processo de produção e reprodução do indivíduo como um ser social. É que a Escola Municipal João Nascimento Filho, procura, fundamentar-se em uma concepção histórico-social do processo de conhecimento, de formação do indivíduo e do trabalho educativo numa perspectiva crítico-emancipatória.

Sob essa ótica, entende-se:

[...] o trabalho educativo como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. ( SAVIANI, 2000, p. 17).

Logo, acredita-se que o trabalho educativo caracteriza-se como uma atividade mediadora entre o conjunto dos saberes já produzidos pela humanidade e os indivíduos em formação, assegurando-lhes o “conjunto de saberes necessários” para se tornarem “homens” preparados para viver num determinado contexto histórico. Ao explicitar o caráter mediador do trabalho educativo, está-se reafirmando que o trabalho educativo vincula-se a um projeto de cultura e de homem, pois, ao definir, no conjunto das produções humanas, os elementos culturais mais significativos e importantes para o processo de formação do indivíduo, estão-se fazendo opções, escolhas éticas, políticas em relação à cultura humana e ao “ideal” de homem a ser formado.

Portanto, um trabalho educativo desenvolvido numa perspectiva crítica que visa à formação omnilateral não pode limitar-se a reproduzir, a transmitir às novas gerações o patrimônio cultural, o conjunto de tradições, valores, normas, sem levá-las a refletir, a questionar, a compreender, de forma política, ética e crítica, o mundo ao seu redor, rompendo com uma posição passiva, acrítica, frente a sua própria formação.

A importância e implicações da definição de uma concepção de educação-homem - conhecimento para definição dos princípios ontológicos e epistemológicos da prática pedagógica parecem ter se tornado óbvia e senso comum. Todo educador reconhece o caráter formativo da educação e sabe ou já ouviu falar que sua prática está fundamentada numa concepção de homem-sociedade e conhecimento. No entanto, chama-se a atenção para o fato de que, no cotidiano escolar, ao confrontar-se com o aluno real, concreto, síntese das múltiplas relações o educador tem dificuldades em estabelecer nexos entre os fundamentos de uma teoria crítica e a prática pedagógica, fundamentando, vinculando, muitas vezes, sua prática às concepções ambientalistas, inatistas do homem.

Pois sabe-se que somente uma formação científico-crítica associada à conscientização política permitirá ao homem compreender o verdadeiro caráter científico, objetivo e transformador de sua ação, abrindo caminhos para superação da sua condição de ser alienado, fragmentário, pragmático. Enfim, quando o processo formativo é desenvolvido numa perspectiva omnilateral, possibilita ao indivíduo colocar-se no terreno da produção, da transformação, da práxis, assumindo sua posição de sujeito crítico e criativo. Para Rays,

[...] no modo de produção existente em nossa sociedade nem toda atividade do homem é uma atividade consciente. Em parte, essa situação pode ser atribuída ao processo educacional sempre que este não oferecer uma formação científica crítica, em que a união da teoria e da prática seja a marca predominante para a formação do homem onilateral. Por isso é preciso que todo processo formativo sistematizado ofereça ao homem a oportunidade de alcançar a atividade consciente, para que possa transformar a realidade objetiva que o oprime.

Assim, além da dimensão pedagógica, o processo formativo-educativo deve preocupar-se com a formação omnilateral do homem, isto é, deve estar fundamentado numa perspectiva científico-crítica que aponta para o desenvolvimento integral do homem, propiciando uma visão totalizante da realidade que lhe permita viver criticamente em sociedade. Isto é, uma proposta pedagógica voltada para a formação omnilateral do homem deve estar fundamentada na unidade dialética entre teoria e prática, pensamento e ação, homem e sociedade, o pedagógico, o político e o social, ou seja, precisa estar sintonizada com toda a problemática social que envolve o fenômeno educativo.

Numa sociedade capitalista fundamentada nos princípios da divisão social do trabalho e da propriedade privada, que relegam o homem à posição de objeto, formar para uma perspectiva omnilateral significa envolver-se na crítica da sociedade; é contrapor-se ao modo capitalista de formação humana; resgatar a dimensão ético-política do projeto de emancipação humana, enfim, é colocar-se a serviço da libertação e humanização dos homens. Para Frigotto,

[...] formar hoje para uma perspectiva omnilateral, e dentro de uma concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar, pressupõe tornar-se senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de prover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos, a começar pelo direito à vida digna, à saúde, à educação, habitação, emprego ou salário desemprego, lazer, etc, sem o que o humano se atrofia. (1996, p. 157).

A formação omnilateral colabora para formar o homem consciente dos problemas do seu tempo, do seu mundo, tornando-o capaz de realizar operações críticas e criativas de análise e de síntese que possibilitem ao indivíduo, mediante uma visão totalizante dos fatos isolados, compreender a sociedade e intervir, tomar decisões coerentes com um projeto que visa à humanização e a emancipação social.

Nesse sentido, a educação só pode ser concebida como uma instância da prática social global. Significa que a compreensão do fenômeno educativo passa pela compreensão das relações que se estabelecem na sociedade, ou seja, o fenômeno educativo só pode ser entendido na sua totalidade como parte integrante de um determinado contexto social.

A compreensão do ato educativo na sua totalidade requer uma visão ampla e complexa do processo de formação do homem e da sociedade, enquanto um processo de desenvolvimento histórico-social, superando uma análise simplista, que reduz a problemática educacional a uma relação dualista entre os pares: reprodução-transformação, homem-sociedade, sujeito-objeto, teoria-prática, ensino-aprendizagem, educação-escola. Trata-se de captar o fenômeno educativo na sua essência, de forma dialética, global e complexa, percebendo as interligações das partes com o todo, ou seja, trata-se de compreender o fenômeno educativo não apenas inserido no conjunto das relações sociais, políticas, econômicas, culturais de uma sociedade, mas determinado, influenciado por essas relações.

Não se trata de imputar à educação apenas o papel de reproduzir e ajustar os homens a um determinado modelo social, como se o ato educativo fosse um processo unilateral, vertical, mecânico, e o indivíduo, um ser passivo, apático; nem de concebê-la como instrumento de equalização social, desconsiderando as determinações sociais, mas de entendê-la como uma instância libertadora e emancipatória para o indivíduo. Trata-se de perceber que a educação, apesar de estar inserida numa sociedade capitalista e de ser influenciada por essas relações, pode ser não somente um elemento de reprodução, mas uma instância que contribua para a transformação social.

Em síntese, a educação, enquanto prática social, participa não só do processo de produção e reprodução das idéias, valores, saberes, cultura, mas do processo de produção do próprio ser humano e, por conseguinte, da sociedade. Nessa concepção, o processo educativo deve ser entendido como um processo de trabalho. E é nesse aspecto que reside o caráter contraditório da educação: pode ser um elemento de reprodução ou transformação das relações sociais; uma instância que pode contribuir para a humanização e emancipação do homem, ou para sua dominação e submissão, afinal, a compreensão da educação como processo de trabalho revela seu papel revolucionário ou reprodutivista.

Pois entendeu-se que a escola deve ser uma instituição com finalidade de dar ao educando a formação global, visando o desenvolvimento dos alunos.

Por isso, esta unidade de ensino busca também ministrar o ensino articulado aos princípios estabelecidos no título II, art.2° e 3° da Lei 9.394/96 e Capítulo III, sessão I, Art. 206, da Constituição Federal, República Federativa do Brasil, de 1988.

Essa filosofia de Educação é resultante de uma ação educativa a nível nacional e contempla:

“A Educação é dever da família e do Estado, inspirando nos princípios de liberdade em idéias de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

E ainda:

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:”

1. Igualdade e condições para o acesso e permanência na escola;
2. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
3. Pluralismo de idéias e de concepções filosóficas e religiosas;
4. Respeito à liberdade e apreço a tolerância;
5. Gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais;
6. Valorização do profissional da educação escola;
7. Gestão de democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
8. Valorização da experiência extra-escolar;
9. Vinculação entre a educação escolar e as práticas sociais.

A idéia chave do trabalho de nossa instituição respalda na relação pretendida a estabelecer com os professores, alunos e os conteúdos de aprendizagem através de atividades planejadas cuidadosamente, em conformidade com o PPP e o Referencial Curricular desta unidade de ensino. Essas deverão ser significativas, voltadas para os alunos e os professores deverão ter um propósito ensinar e pensar e preparar os alunos para um futuro de resolução de problemas, de tomada de consciência, de decisões e de aprendizagem e de transformação social.

Apresentamos ainda alguns eixos fundamentais da proposta de nosso trabalho pedagógico:

* Fazer com que os conteúdos deixem de ser um fim em si mesmo e possam a ser meios para ampliar a formação dos alunos e sua interação com a realidade de forma crítica e dinâmica;
* Desenvolver a criatividade;
* Possibilitar a resolução de problemas;
* Relacionar o conhecimento adquirido ao cotidiano dentro de um contexto e em sua globalidade;

Visto que, entende-se que o ensino deve ser uma tarefa onde a reflexão deve ser a razão da escolha da rota definida, corrigindo rumos a cada passo dado. Os mecanismos didáticos e os recursos pedagógicos ajudam, porém, sozinhos, não é o núcleo de um ensino autêntico.

**7. ATO SITUACIONAL**

Pelo fato da educação ser vinculada a uma visão de sociedade, em que se estabelece a diversidade de gêneros, de cultura e de conhecimento, temos, no coletivo, as seguintes visões sobre a nossa realidade.

**7.1.1 – SOCIEDADE:**

A sociedade atual não é organizada de forma justa, devido às próprias condições econômicas a que são submetidas o ser humano, às nuances do mundo do trabalho, às diversidades culturais, dentre outros aspectos.

Pelo fato da existência do modelo capitalista, no qual estamos inseridos, as condições acabam gerando a má distribuição de renda e conseqüentemente, as diferenças exorbitantes de classe.

Todos, enquanto agentes sociais teriam o papel de amenizar as situações de injustiças as quais nos deparamos, mas nem sempre isso acontece. Poderíamos chegar a uma sociedade onde se tivesse a oportunidade de cumprir os direitos e deveres de cada cidadão. Para isso, deveriam ser mantidos os seguintes aspectos:

* O respeito ao ser humano;
* A ética profissional e moral;
* Os bons costumes;
* O direito de sonhar com um futuro melhor;
* O patriotismo:
* A credibilidade nas ações humanas, principalmente em relação à classe política.

Porém, entendemos também que deveriam ser alterados, de acordo com a nossa visão os seguintes aspectos:

1. O Código Penal;
2. A inversão de valores, onde o errado parece ser o certo, incutidos pelos meios de comunicação;
3. A falta de seriedade das autoridades;
4. A injustiça e a corrupção;
5. A política assistencialista, que acabam deseducando a população.

Percebemos então que tal como está organizada, a sociedade exige novas posturas do ser humano. Assim, as desigualdades sociais, as dificuldades de acesso a bens necessários à sobrevivência humana, os conflitos, a intolerância, a individualidade e a prevalência do ter sobre o ser, se constituem como uns dos grandes agravantes da vida humana no mundo contemporâneo.

**7.1.2ESCOLA:**

A escola surgiu da necessidade de transmitir os conhecimentos acumulados pela Humanidade, onde no decorrer do tempo, foi assumindo um papel mais amplo, estendendo à educação de valores e até ao “assistencialismo”.

Os saberes repassados pela escola, muitas vezes, atendem às políticas públicas, uma ideologia de governo e na atualidade, têm-se a concepção de que a instituição escolar deve informar e formar o aluno, o que acaba interferindo na qualidade de ensino, devido às suas múltiplas responsabilidades.

Diante da real situação, vemos que não existe escola para todos, pois não consegue atender às diferenças, trabalhando somente com a igualdade. Assim, desigualdade é ignorada, o que acaba gerando a exclusão.

Nas questões emergentes da sociedade, muitas vezes a escola responde ora de forma alheia, se omitindo e às vezes, de forma alienada, não assumindo posições, o que acaba dando razão para a não solução dos problemas.

Para que melhor possa atender a formação dos alunos, a escola deve assumir a função de formar o ser humano completa: afetivo, emocional, social e cognitivo. Se for levado em conta somente o conhecimento pelo conhecimento, não estará sendo dada a devida importância às necessidades contemporâneas.

Assim, entendemos que o grande desafio da escola hoje é o de acolher, oferecer e proporcionar todo tipo de condição para que quem nela entre, sinta prazer e possa nela permanecer.

**7.1.3 - ALUNO:**

As características gerais e reais de nossos alunos não coincidem com as que são apontadas nos livros didáticos, pois nestes se abordam temas voltados para uma realidade em que as famílias são bem estruturadas, com pais unidos e bem-sucedidos, crianças bem alimentadas e uma sociedade que se diz justa.

A nossa realidade em relação ao aluno consiste nos seguintes aspectos:

1. A maioria vem de família desestruturada, em que os pais são separados, convivendo apenas com avós, tios ou responsáveis;
2. Boa parte das famílias dos nossos alunos é constituída de pessoas com pouca instrução, tendo uma renda extremamente baixa, tendo, portanto, dificuldades financeiras.
3. A maioria dos alunos, principalmente adolescentes e jovens, possui poucas perspectivas de vida;
4. A maioria não tem acesso ao saber universalizado, convivendo com poucas estruturas de acesso ao conhecimento fora da escola;
5. A maior parte pertence à classe média baixa.
6. Não têm acesso ao lazer;
7. Tem problemas de saúdes freqüentes, muitas vezes, ocasionadas pela má alimentação, faltam de saneamento básico, higiene e comprometimento;
8. Não possuem acompanhamento familiar constante nas tarefas escolares.

Assim, entendemos que visto à nossa realidade, reafirma a necessidade de uma postura de conhecer, acolher, entender e empreender ações para que aluno real, o que temos, possa se tornar o aluno ideal, o qual queremos.

**7.1.4 – PROFESSOR**

Não há dúvida de que, deve haver um trabalho constante no sentido da construção da identidade do professor, pois este tem um papel relevante na prática social.

O professor, em relação à sua formação, acreditou estar à maior parte atendendo aos princípios da legislação, pois possuem habilitação e formação para a atuação em sua área. Muitos possuem formação, além da graduação e se preocupam com a atualização constante dos conhecimentos, participando de encontros, seminários, fóruns, cursos, grupos de estudos, entre outros.

Embora haja a necessidade e preocupação com a formação continuada, percebemos que ainda há a fragmentação do trabalho pedagógico, onde muitos se restringem apenas ao trabalho em sua área de conhecimento.

Visto às mudanças e exigências constantes da sociedade, alguns dos profissionais da educação enfrentam algumas dificuldades em sua prática, tais como:

* O professor não se sente preparado o suficiente para trabalhar com a inclusão do aluno com necessidades especiais em salas do ensino regular; pois falta suporte na estrutura física quanto às adaptações necessárias no espaço escolar e materiais didáticos pedagógico, bem como acesso a uma formação continua e direcionada aos professores que atuam com os alunos com necessidades especiais, que se encontram inclusos na sala regular;
* Alguns não dominam as teorias pedagógicas recentes, o que acaba ocasionando uma prática tradicional e fragmentada;
* Sente dificuldades de trabalhar atendendo à diversidade, principalmente em relação ao aluno com dificuldades de aprendizagem;
* Muitos não desenvolvem uma postura pedagógica interdisciplinar, o que acaba fragmentando cada vez mais o conhecimento;
* Não dominam as técnicas recentes, usando como apoio ao trabalho escolar, dominando apenas o básico.

Portanto, visto à importância do trabalho do professor, entendemos que há de se ter a preocupação de oferecer condições de trabalho e formação continuada que dêem conta de formar o aluno apto para a vida em sociedade.

**7.3 A ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA DOCENTE: REFLEXÃO TEÓRICA – PRÁTICA:**

Desde inicio da efetivação da educação sistematizada no Brasil, discussões têm sido feitas no intuito de melhorar a sua qualidade. A declaração de Jomtien de Educação para Todos (1990), a qual o Brasil é signatário, é um marco internacional e se constitui numa referencia ao colocar a política educacional, a política social e o desenvolvimento como elementos fundamentais na construção de uma sociedade democrática e justa.

A educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura se produzem por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana. Para isso, a escola precisa investir em uma interpretação da realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, de modelos de agricultura, de novas matrizes tecnológicas, da produção econômica e de relações de trabalho e da vida a partir de estratégias solidárias, que garantam a melhoria da qualidade de vida dos que vivem no e do campo.

A educação deve pensar o desenvolvimento levado em conta os aspectos da diversidade, da situação históricas particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades da comunidade.

O currículo precisa ser estruturado a partir de uma lógica de desenvolvimento que privilegie o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção de sua cidadania e inclusão social, colocando os sujeitos do campo de volta ao processo produtivo com justiça, bem-estar social e econômico.

A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial e étnica. Portanto, não são apenas os saberes construídos na sala de aula, mas também aqueles construídos na produção, na família, na convivência social, na cultura, no lazer e nos movimentos sociais. A sala de aula é um espaço especifico de sistematização, análise e de síntese das aprendizagens se construindo assim, num local de encontro das diferenças, pois é nelas que produzem novas formas de ver, estar e se relacionar com o mundo.

A educação, isoladamente, pode não resolver os problemas da sociedade, mas é um dos caminhos para a promoção da inclusão social, educacional e do desenvolvimento sustentável.

Dentro desta realidade e com a mudança de concepção sinalizada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional n°. 9.394/96, reflexo dos movimentos internacionais pela inclusão social, aponta uma ressignificação da inclusão educacional ampliando-se não apenas a sua abrangência – desde a Educação Infantil até o Ensino Superior – bem como o público alvo a que se destina: alunos com necessidades educacionais especiais.

As necessidades especiais dos educando são definidas pelos problemas de desenvolvimento da aprendizagem apresentados pelos mesmos, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem, e compreendem:

* Deficiência mental leve;
* Distúrbios de aprendizagem
* Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento;
* Dificuldades de comunicação e sinalização;
* Condutas típicas;
* Superdotação / Altas habilidades;
* Obesidade, desnutrição;
* Desestrutura familiar;
* Baixo nível econômico.

A escola deve ser um espaço democrático e significativo para trabalhar com a diversidade humana, respeitando as limitações, percebendo as potencialidades para a aprendizagem e considerando as especificidades de cada educando, a favor da inclusão de todos. A inclusão, antes de ser educacional é social, portanto, é uma conquista de toda a sociedade.

Diante dessa realidade, pretendemos fazer com que todas as pessoas que integram nossa comunidade escolar se mobilizem para a mudança da concepção de educação especial tendo como pressuposto os direitos humanos.

Nesse contexto, A Escola Municipal João Nascimento Filho conta com uma parte do espaço físico adequado a receber alunos portadores de necessidades especiais, mas, ainda precisamos adequar ainda mais os ambientes para melhorar a qualidade educacional. Também sentimos necessidade de formação continuada aos professores, equipe pedagógica e funcionários, salas de apoio pedagógico especializado, entre outros.

A Escola Municipal João Nascimento Filho atende alunos limítrofes, condutas típicas como transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e outros distúrbios de aprendizagem e comportamentais. Porém, as adaptações curriculares e de conteúdos, ainda não são suficientes adequadas, mas estamos buscando atender estas peculiaridades.

A escola está se organizando para atender a todos, sejam educados com, ou sem, necessidades educacionais especiais, visando em trabalho mais humano, dentro da diversidade (respeitando os direitos das chamadas minorias sociais que se encontram no espaço escolar e por muitas vezes, despercebidos em suas inquietações, desejos e valorização; sejam eles: negros, diversidade sexual, condição social e gêneros afins). Para isso, todos os profissionais que nela estão inseridos, devem adequar às necessidades de seus alunos. A diversidade deve ser respeitada, tendo em vista que todas as pessoas são diferentes e aprendem em ritmos, formas e maneiras diferentes.

O primeiro passo para que a escola se torne inclusiva, é a mudança de mentalidade de toda a equipe nela inserida, o segundo passo é a remoção das barreiras arquitetônicas, e o último passo são as adaptações de objetivos, conteúdos, métodos de ensino, avaliação e temporalidade, para que o educandoadquira, dentro de suas limitações, sucesso na aprendizagem e a turma toda se beneficie dessa adversidade, criando um ambiente acolhedor, participativo e solidário. As salas de aula jamais serão homogêneas, por que todos tenham oportunidade de adquirir e aprimorar seus conhecimentos, obtendo progressão nas diversas áreas seja elas: acadêmicas, culturais, sociais, efetivas, entre outras.

**8. ATO CONCEITUAL:**

*Concepção de Homem, Sociedade e Mundo, Corpo, Cultura, Cidadania,*

*Educação, Conhecimento, Escola, Ensino-aprendizagem,*

*Avaliação, Tecnologia, Ciências, Inclusão,Trabalho, Cultura – Afro e Impacto Ambiental, Letramento, Infância.*

As concepções de homem, sociedade e mundo, cultura, cidadania, educação, conhecimento, escola, ensino-aprendizagem, avaliação, tecnologia, ciências, educação fiscal, inclusão, cultura afro e demais, norteiam os rumos que nossa instituição quer seguir para um projeto de educação democrática e popular.

Essas visões em torno dos eixos, acima apresentados, constituem a essência de nosso trabalho pedagógico e político. Num encadeamento natural e abrangente, envolve a concepção que temos em relação ao “O QUE QUEREMOS”.

**8.1.1 CONCEPÇÃO DE HOMEM:**

O homem é um ser natural e social, ele age na natureza transformando segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem, conforme Saviani (1992):

[...]homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho.

Considerando o homem em ser social, ele atua e interfere na sociedade, se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diversas esferas da sociedade.

Partindo do pressuposto que o homem constitui um ser histórico, faz-se necessário compreendê-lo em suas relações inerentes a natureza humana. O homem é, antes de tudo, um ser de vontade, um ser que pronuncia sobre a realidade.

**8.1.2 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE E DE MUNDO:**

Quando se questiona o próprio sentido da escola, a sua função social e a natureza do trabalho educativo, enquanto docentes, aparecemos sem iniciativa, “arredados ou deslocados pela força arroladora dos fatos, pela vertiginosa sucessão de acontecimentos que tornaram obsoletos os conteúdos e as práticas educativas” (Peres Gomes, 1998). E para que isso não aconteça é que precisamos entender em que tipo de sociedade está inserido.

Para Severino (1998), a sociedade é um agrupamento tecido por uma série de relações diferenciadas e diferenciadoras. Sãoconfiguradas pelas experiências individuais do homem, havendo uma interdependência em todas as formas da atividade humana, desenvolvendo relações, instaurando estruturas sociais, instituições sociais e produzindo bens, garantindo a base econômica e é o jeito especifico do homem realizar sua humildade, sendo que:

[...] A sociedade configura todas as experiências individuais do homem, transmite-lhe resumidamente todos os conhecimentos adquiridos no passado do grupo e recolhe a contribuição que o poder de cada indivíduo engendra e que oferece a sua comunidade. Nesse sentido a sociedade cria o homem para si. (Pinto, 1994).

A sociedade é mediadora do saber e da educação presente no trabalho concreto dos homens, que criam novas possibilidades de cultura e de agir social a partir das contradições geridas pelo processo de transformações da base econômica.

Segundo Demerval Saviani, o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode ser limitar ás aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Obviamente da sociedade. Que não se trata aqui de leis naturais, mas sim de leis históricas, ou seja, de leis que se constitui historicamente.

Atílio Boron (1986) questiona que tipo de sociedade deixa como legado estes quinze anos de hegemonia ideológica do neoliberalismo?

Uma sociedade heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo o tipo – classe, etnia, gênero, religião, etc. – que foram exarcebadas com a aplicação das políticas neoliberais. Uma sociedade “com duas velocidades”, com costuma ser denominada na Europa, porque há um amplo setor social, um terço excluído e fatalmente condenado à marginalidade e que não pode ser “reconvertido” em termos laborais, nem inserir-se nos mercadores de trabalhos formais dos capitais desenvolvidos. Essa crescente fragmentação do social que potencializarão as políticas conservadoras foi por sua vez reforçada pelo excepcional avanço tecnológico e cientifico e seu impacto sobre o paradigma produtivo contemporâneo.

Inês B. de Oliveira diz que uma sociedade democrática não é, portanto, aquela na qual, os governantes são eleitos pelo voto. A democracia pressupõe uma possibilidade de participação do conjunto dos membros da sociedade em todos os processos decisórios que dizem respeito à sua vida (em casa, na escola, no bairro, etc.).

Raul Pont no texto sobre democracia representativa e democracia participativa conclui que nossa convicção fundamenta-se no processo histórico que nos ensina que não há verdades eternas e absolutas nas relações entre sociedade e o Estado e que estas se fazem e se refazem pelo protagonismo dos seres sociais e que a busca de uma democracia substantiva, participante, regida por princípios éticos de liberdade e igualdade social, continua sendo um horizonte histórico, em suma, nossa utopia para a humanidade.

**8.1.3 CONCEPÇÃO DE ESPAÇO:**

Os conceitos relacionados ao espaço geográfico são: lugar, que é um conceito ligado a um local que nos é familiar ou que faz parte de nossa vida, e paisagem que é a porção do espaço que nossa visão alcança e é produto da percepção.

A primeira definição de “espaço” foi feita pelo filósofo Aristóteles para o qual este era inexistência do vazio e lugar como posição de um corpo entre outros corpos. Aristóteles ignorava o homem como constituinte do espaço, contudo, ele já considerava um aspecto importante da estrutura do espaço geográfico, a localização.

Mais tarde, outros filósofos inserem o homem como um componente essencial para a compreensão do espaço, com ser que cria e modifica espaços de acordo com suas culturas e objetivos ao longo do tempo. Por último, seguiu-se a concepção filosófica de espaço proposta por Maurice Merleau-Ponty: “O espaço não é o meio (real ou lógico) onde se dispõe as coisas, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna impossível.”. Todas estas são concepções filosóficas do espaço.

Em 1970 surge uma nova concepção atrelada à geografia critica que tem com base os pensamentos marxistas e para o qual o espaço é definido como o lócus da reprodução das relações sociais de produção. Nesta concepção espaço e sociedade estão intimamente ligados.

Mais tarde surge uma nova concepção epistemológica para geografia que possa a encarar o espaço como fenômeno materializado. Ou, nas palavras de ALVES (1999), o espaço “é produto das relações entre homens e dos homens com a natureza, e ao mesmo tempo são fator que interfere nas mesmas relações quer o construíram. O espaço é, então, a materialização das relações existentes entre os homens na sociedade.”

**8.1.4 CONCEPÇÃO DE TEMPO:**

O tempo é uma componente dos sistemas de mediações usado para seqüenciar eventos, para comparar as durações dos eventos, os seus intervalos, e para qualificar o movimento de objetos. O tempo tem sido um dos maiores temas da religião, filosofia e ciência.

Pode-se dizer que um acontecimento ocorre depois de outro conhecimento. Alem disso, pode-se medir o quanto um acontecimento ocorre depois de outro. Esta resposta relativa ao quanto é a qualidade de tempo entre estes dois acontecimentos é um intervalo; a quantidade desse intervalo PE a duração.

O tempo está, de fato, indissoluvelmente interligado ao espaço. Tempo-espaço é o binômio concedido a cada criatura para o seu desenvolvimento. Contudo, o tempo não se altera. Ele permanece parado. O que muda é a percepção que temos dele, segundo nossa própria mobilidade.

Uma simples ação do homem serve para alterar a percepção do tempo, mesmo que em escala reduzida. Cada pessoa processa o tempo de uma maneira diferente. Temos um sentido do tempo diferente e nos situamos a respeito dos eventos que marcam nossa vida ao longo do tempo de uma maneira característica própria. Nas concepções do tempo também existem diferentes culturais.

**8.1.5 CONCEPÇÃO DE CULTURA:**

A cultura é resultado de toda a produção humana e segundo Saviani, “para sobreviver o homem extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua substancia. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo da cultura” (1992, p, 19).

Podemos considerar que, “de um ponto de vista antropológico, cultura é tudo o que elabora, e elaborou o ser humano, desde a mais sublime musica ou obra literária até as formas de destruir-se a si mesmo e as técnicas de tortura, a arte, a ciência, a linguagem, os costumes, os hábitos de vida, os sistemas morais, as instituições sociais, as crenças, as religiões, as formas de trabalho”. (Sacristan, 2001, p, 105).

Todo conhecimento, na medida em que se constitui num sistema de significação, é cultural. “Além disso, como sistema de significação, todo conhecimento está estreitamento vinculado com relações de poder” (Tomas Tadeu 1999).

É necessário considerar as colocações de Silva (1999), de que “tornou-se lugar comum destacar a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo. É um fato paradoxal, entretanto, que essa suposta diversidade conviva com fenômenos igualmente surpreendentes de homogeneização cultural”.

Ao mesmo tempo em que se tornam visíveis manifestações e expressões culturais de grupos dominados, observe-se o predomínio de formas culturais produzidas e vinculadas pelos meios de comunicação de massa, nas quais aparecem de forma destacada as produções culturais em sua dimensão material e não material.

Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa completar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola, em sua prática há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a produzir a cultura erudita, como afirma: “a mediação de escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita; assume um papel político fundamental”. (Saviani, apud, Frigotto, 1994 p, 189).

Respeitando a diversidadecultural e valorizando a cultura popular e erudita cabe a escola aproveitar essa diversidade, existente, para fazer dela um espaço motivador, aberto e democrático.

**8.1.6 CONCEPÇÃO DE CIDADANIA:**

Historicamente, o Brasil foi construído de cima para baixo e de fora para dentro – poderes coloniais, elites proprietárias, Estado realimentando as desigualdades e gravando as inclusões. Neste momento, sequer construir outra base social, construída por aqueles excluídos da historia brasileira que, organizando-se na sociedade civil e nos diferentes movimentos sociais, acumulam força e conseguem expressar-se, tomando as rédeas do seu destino, criando uma nação soberana e aberta ao dialogo e a participação.

De acordo com Boff (200, p. 51) ”cidadania é um processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino”.

Reafirmando a citação de Boff, (Martins, 2000, p.53) diz “... a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres. A realização se faz através de lutas contra as opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões. É condição essencial da cidadania, reconhecer que a emancipação depende fundamentalmente do interessado, uma vez que, quando a desigualdade é somente confrontada na arena pública, reina a tutela sobre a sociedade, fazendo-a dependente dos serviços públicos. No entanto, ser/estar interessado não dispensa apoio, pois os serviços são sempre necessários e instrumentais.

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente, (sujeito de direitos), organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural.

Angel Pino in (Boff SEVERINO A J.ZALUARA e outros 1992, p, 15-25), considere que “o conceito de cidadania traduz ao mesmo tempo, um direito e o exercício desse direito. Sem este, aquele é uma mera fórmula.” Portanto, a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo, sua inserção na sociedade.

“A realidade social e educacional atual de nosso país requer o enfrentamento e a superação da contradição da estrutura que existe entre a declaração constitucional dos direitos; da ideologia que associa a pobreza material à cultural; de recolocar-se o problema da escola pública em termos de direito de todos, de acesso ao conhecimento elaborado; recolocar a questão do trabalho como atividade de produção/apropriação de conhecimento não apenas como mera operação mecânica, em repensar a relação escola/trabalho.

Segundo Martins (200, p.54), pode-se afirmar que “aquela relação entre cidadania e democracia explicita-se no fato de que ambas são processos; o processo não se dá num vazio, a cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de luta na definição de instituições permanentes para expressão política”. Neste sentido, a autora distingue a cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado, com a idéia moral da tutela e do favor. Cidadania ativa – aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos, de abrir espaços de participação. Confirma ainda, que a cidadania requer a consciência clara sobre o papel da educação e as novas exigências colocadas para a escola que, como instituição para o ensino – a educação formal – pode ser um lócus excelente para a construção da cidadania.

As dimensões da cidadania, segundo Boff, são cinco:

1. A dimensão econômica produtiva: a massa é mantida internacionalmente, como massa e a pobreza é empobrecimento, portanto, a pobreza material e política é produzida e cultivada, por isso é profundamente injusta.
2. A dimensão político participativa: as pessoas interessadas lutam em prol de sua autonomia e participação social, tornando-se cidadãos plenos.
3. A dimensão popular: inclui somente as que têm acesso ao sistema produtivo e exclui os demais, sendo esta a dimensão vigente.
4. A dimensão de co-cidadãos deve reivindicar e não pedir ao Estado. Precisa organizar-se não para substituir, mas para fazê-lo funcionar.
5. A cidadania Terrenal: apresenta a dimensão planetária na consciência de causas comuns, com a responsabilidade coletiva de garantir um futuro para a terra e a humanidade,

Tipos de cidadania segundo Boff:

Cidadania seletiva – se a construção da cidadania envolve um processo ideológico de formação de consciência, pessoal, coletiva e social, de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres, no projeto neoliberal vigente a cidadania passa a ser seletiva porque a reduz, Boff afirma (200, p.57). “Ele debilita e reduz a cidadania nacional, quer dizer, a autonomia di próprio país. Internamente reforça a cidadania seletiva”. Alguns setores são beneficiados pela modernização, outros, os setores populares só cabem uma cidadania menor. Outros, os excluídos, servem como massa de manobra, sem qualquer cidadania, tirando o seu poder de rebelião, compensado, fazendo assistencialismo fácil e promessas.

Cidadania Menor – No projeto do capitalismo nacionalista não se leva em conta o capitalismo e sua lógica que explora e exclui. Ele é visto como criador de oportunidades e de processos. Dá-se ênfase à autoestima de um Brasil grande, uma potência emergente com seus recursos naturais riquíssimos e potencialidades populacionais. Aqui também a cidadania é restrita para setores beneficiários. (Boff, p.66) “será uma cidadania político participativa para os segmentos incorporados na produção, mas não será econômica produtiva, pois trabalhadores continuarão sendo duramente explorados. Portanto terão uma cidadania de 2ª classe, esporádica, às vezes expressas em grandes manifestações públicas, mas sem conseqüenciais reais... As políticas estatais continuarão assistencialistas mantendo a população pobre, dependente e desmobilizada com controle aos movimentos sociais.

Cidadania maior e plena – con-cidadania – O projeto de Democracia racial e popular é totalmente diferente dos autores muito distante do que vivemos. Está sendo construído por todos os excluídos da historia brasileira, se organizando dentro dos movimentos raciais.Com força foram se infiltrando em condutos políticos partidários, já agora em condições de disputar a conquista e o controle do poder com muita luta resistência argumentos e organização. Esse projeto visa construir uma Nação autônoma, capaz de democratizar a cidadania, mobilizar a sociedade inteira para a mudança, primando por uma sociedade sustentável quese desenvolva com a natureza e não contra ela, que produza o suficiente para todos que não permita a acumulação para poucos. BOFF (2000, p.73) diz: “Nele fica clara a vontade de soberania nacional e o tipo diferente de cidadania política, econômica, participativa, solidária e popular. Será uma cidadania cotidiana, plantada no funcionamento dos movimentos raciais e, por isso, em continuo exercício”.

Construir a cidadania e con-cidadania popular é forma concreta de se construir o Projeto – Brasil que buscamos.

**8.1.7 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO:**

A educação é uma prática social, uma atividade especifica dos homens situando-os dentro da historia – ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho.

“Educação é fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como PE ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 1992, p.19).

Segundo Pinto (1994) a educação é um processo histórico de criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para beneficio do homem.

É o processo pela dimensão histórica por representar a própria historia individual do ser humano e da sociedade em sua evolução.

É um fato social pelas relações de interesses e valores que movem a sociedade, num movimento contraditório de reprodução do presente e da expectativa de transformação futura.

É intencional ao pretender formar um homem com um conceito prévio de homem.

É libertadora porque segundo Boff (2000, p. 77) “se faz necessário desenvolver uma educação que nos abra para uma democracia integral, capaz de produzir um tipo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado”.

Nesse sentido, a educação visa atingir três objetivos que forma o ser humano para gestar uma democracia aberta.

São eles:

* “A apropriação pelo cidadão e pela comunidade dos instrumentos adequados para pensar a sua prática individual e social e para ganhar uma visão globalizante da realidade que possa orientar em sua vida.
* “A apropriação pelo cidadão e pela comunidade do conhecimento cientifica, político, cultural acumulado pela humanidade ao longo da historia para garantir-lhe a satisfação de suas necessidades e realizar suas aspirações;
* “A apropriação por parte dos cidadãos e da comunidade, dos instrumentos de avaliação crítica do conhecimento acumulado, reciclá-lo e acrescentar-lhe novos conhecimentos através de todas as faculdades cognitivas humanas...”

Vista como processo de desenvolvimento da natureza humana, a educação tem suas finalidades voltadas para o aperfeiçoamento do homem e sua formação para a cidadania participativa e construtiva.

Segundo Delors, 1996 “Os quatro pilares da educação, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, devem contribuir para que os cidadãos possam conviver e posicionar-se diante das tensões ou antagonismos presentes na sociedade, numa perspectiva de sua superação.”

**8.1.8 CONCEPÇÃO DE CURRICULO:**

Segundo Samuel Rocha Barros (op. Cit., p. 170-1), em sentido amplo o currículo escolar abrange todas as experiências escolares. É a totalidade das experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola (Jameson-Hicks). Entendemos o currículo como um plano que preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona guias de ações adequadas e úteis para os para os professores, que são diretamente responsáveis por sua execução. “Para isso, o currículo proporciona informações concretas sobre que ensinar, quando ensinar, como ensinar e que, como e quando avaliar” (Psicologia e currículo, São Paulo, Ática, 1996, p. 43-5).

De forma ampla ou restrita, o currículo escolar abrange as atividades desenvolvidas dentro da escola. E, segundo Césas Coll, “as atividades educativas escolares correspondem à idéia de que existem certos aspectos do crescimento pessoal, considerados importantes no âmbito da cultura do grupo, que não poderão ser realizados satisfatoriamente ou que não ocorrerão de forma alguma, a menos que seja fornecida uma ajuda especifica que sejam exercidas atividades de ensino especialmente pensadas para esse fim. São atividades que correspondem a uma finalidade e são executadas de acordo com um plano de ação determinada, isto é, então a serviço de um plano educacional. A função do currículo, sua razão de ser, é a de explicitar as intenções e o plano de ação que preside as atividades educacionais escolares.

O currículo é um guia para os encarregados de seu desenvolvimento, um instrumento útil para orientar e praticar pedagógica, uma ajuda para o professor. Por esta função, não pode limitar-se a enunciar uma série de intenções, princípios e orientações gerais que, por excessivamente distantes da realidade das salas de aula, sejam de escassa ou nula ajuda para os professores. O currículo deve levar em conta as condições reais do espaço onde serão aplicados, situando-se justamente entre as intenções, princípios e orientações gerais e a prática pedagógica. O currículo não é algo pronto e acabado, mas de algo a ser construído permanentemente no dia-a-dia da escola, com a participação ativa de todos os interessados na atividade educacional, particularmente daqueles que atuam diretamente no estabelecimento escolar, como educadores e educandos, mas também dos membros da comunidade em que se situa a escola.

O currículo é abrangente, não compreende apenas as disciplinas ou os conteúdos do conhecimento, mas também sua organização e seqüência adequadas, bem como os métodos que permitem um melhor desenvolvimento dos mesmos e o próprio processo de avaliação, incluindo questões como o que, como e quando avaliar.

Para que o currículo cumpra suas funções, devem-se levar em conta as reais condições nas quais vai se concretizar: as condições do professor, as condições dos alunos, as condições do ambiente escolar, as condições da comunidade, as características dos materiais didáticos disponíveis, etc.

O currículo não substitui o professor, mas é um instrumento a seu serviço. Cabe ao professor orientar e dirigir o processo de ensino-aprendizagem, inclusive modificando o próprio currículo de acordo com as aptidões, os interesses e as características culturais dos educandos.

**8.1.9 CONCEPÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES:**

Sabemos que totalmente a organização social, os valores, as relações econômicas e políticas estão passando por profundas modificações e isso faz com que a educação também passe por mudanças.

Dessa forma, não podemos exigir que a nossa educação continue sempre da mesma maneira, ou seja, apresentando-se de forma neutra, mas ela deve acompanhar as transformações dessa sociedade que sempre está em movimento.

Isso se dá ao fato de que a escola é uma instituição que trabalho com o conhecimento e que por isso, deve estar sempre em constante processo de discussão para poder interferir nas evoluções sociais.

Assim, as Diretrizes Curriculares das escolas devem estar em permanente atualização para acompanhar os anseios da sociedade em relação á educação, colocando o ensino em maior sintonia com as exigências da sociedade da informação, da inclusão social, da cidadania participativa e responsável e da economia globalizada. Além deproporcionar aos alunos uma educação em que os conteúdos trabalhados possam ser definidos e aplicados por eles.

Isso reflete na dinamicidade do conhecimento e na constante reorganização dos saberes escolares, sendo que as permanentes atualizações e discussões não devem ser impostas, mas elaboradas no coletivo da escola, no intuito de se construir um conjunto de idéias que sirvam de base ao ensino aprendizagem, até mesmo porque devido ao amplo e variado quadro de profissionais há a necessidade de se ter diretrizes para condução do ato de ensinar.

Dessa forma, torna-se mais possível a diminuição da distância entre intenção e ação, sendo que prática experiência e reflexão passam a caminhar juntas para o êxito docente.

**8.1.10 CONCEPÇÃO DE CONHECIMENTO:**

Conhecimento é uma atividade humana que busca explicitar as relações entre os homens e a natureza. Desta forma, o conhecimento é produzido nas relações sociais mediadas pelo trabalho.

Na sociedade capitalista, o homem não se apropria da produção material de seu trabalho e nem dos conhecimentos produzidos nestas relações, porque o trabalhador não somina as formas de produção e sistematização do conhecimento. Segundo Marx e Engels “a classe que tem à disposição os modos de produção material controla concomitante os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão geralmente as idéias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela” (Frigotto, 1993, p. 67).

Ainda neste sentido, Andery (1988, p. 15) confirma que “neste processo do desenvolvimento humano multi determinado e que envolve inter-relações e interferências recíprocas entre idéias e condições materiais, a base econômica será o determinante fundamental”. Assim sendo, o conhecimento humano adquire diferentes formas: senso comum, cientifico, teológico e estético, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o homem tem sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento que foi expropriado do trabalho nas suas relações. Conforme Veiga (Veiga, 1995, p, 27).

“O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento cientifica que se adequaria à faixa ataria e aos interesses dos alunos”. Dessa forma, o conhecimento escolar é resultado de fatos, conceitos, e generalizações, sendo, portanto, o objeto de trabalho do professor.

Para Boff (200, p. 82), “conhecer implica, pois, fazer uma experiência e a partir dela ganhar consciência e capacidade de conceptualização. O ato de conhecer, portanto, representa um caminho privilegiado para compreensão da realidade, o conhecimento sozinho não transforma a realidade; transforma a realidade somente a conversão do conhecimento em ação”.

O conhecimento não ocorre individualmente. Ele acontece no social gerando mudança interna no cidadão e nas relações sociais, tendo sempre uma intencionalidade.

Conforme Freire (2003, p. 59), “o conhecimento é sempre conhecimento de alguma coisa, é sempre intencionado, isto é, está sempre dirigido para alguma coisa”. “Portanto, há de ter clareza com relação ao conhecimento escolar, pois como destaca Severino (1988, p. 88), educar contra ideologicamente é utilizar, com a devida competência e criatividade, as ferramentas do conhecimento, as únicas de que efetivamente o homem dispõe para dar sentido às práticas mediadoras de sua existência real”.

**8.1.11 CONCEPÇÃO DE ESCOLA:**

Partindo do entendimento de que a escola deve sustentar-se no tripé público, laica e de qualidade, por sua vez caracteriza-se como uma Instituição de origem governamental (municipal), com espaço físico determinado, composta por uma hierarquia funcional, onde a sociedade participa direta e indiretamente, onde o ensino- aprendizagem é sua principal função. ‘

Assim, a escola atual deve estar voltada para entender a diversidade na educação, visto que sua clientela é oriunda de uma sociedade heterogênea. Para tanto, a escola deve consistir na busca de um conhecimento crítico da realidade procurando identificar os determinantes da situação tal como ela hoje se apresenta.

**8.1.12 CONCEPÇÃO DE GESTÃO:**

Conforme Luck (2000, p. 11), gestão escolar: [...] Constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento, bem como o desenvolvimento integral do educando.

O gestor escolar deve agir como líder, pensando no progresso de todos que fazem parte de sua equipe. Ele deve ter consciência de que sua equipe não se limita a alunos, professores e demais funcionários internos da instituição. A equipe escolar é composta também pelos pais dos alunos e por toda a comunidade de forma geral, que deve ser mobilizada para que juntos possam promover o principal objetivo de toda equipe escolar: a aprendizagem dos alunos. Um gestor líder é capaz de desenvolver o potencial de trabalho de toda sua equipe, fazendo com que esta se sinta capaz de transformar e realizar com sucesso todos os programas desenvolvidos pela instituição de ensino.

O projeto pedagógico é um fator muito importante no desenvolvimento do curso escolar, o papel do gestor da escola no desenvolvimento do curso escolar, o papel do gestor da escola no desenvolvimento do projeto pedagógico escolar deve influir de maneira determinante nos resultados acadêmicos positivos da escola, por que consideramos que o trabalho de controle do gestor da escola, é fator determinante no desenvolvimento das atividades pedagógicas. O gestor escolar deve visualizar sempre em sua atuação, de que o administrativo deve estar a serviço do pedagógico, isto é, deve servir de suporte para a consecução dos objetivos educacionais da unidade escolar. O gestor deve ter autonomia para atuar proativamente, desafiando os processos tradicionais de gestão em favor de um modelo normativo mais interveniente e desafiador do statu quo; dando apoios efetivos e desafiadores na construção de identidades organizacionais diferenciadas e isto só se concretizará na prática se o gestor for atuante e conhecido de sua função.

**8.1.13 CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM:**

Quando pronunciamos esta expressão, criamos a imagem de que estes dois termos constituem uma unidade indissociável, dividida apenas por questões gramaticais, mas na realidade vemos que não existe esta unidade inseparável, pois, pode haver ensino sem aprendizagem como também pode haver aprendizagem sem ensino.

Por assumir a idéia de que ensinar equivale a aprender, a educação tem se centrado tradicionalmente no ponto de vista do ensino, tirando a partir daí conclusões sobre a aprendizagem. A pedagogia tem girado fundamentalmente em torno dos métodos de ensino, e não de aprendizagem, crendo que os métodos de ensino coincidem com os de aprendizagem, o que nem sempre acontece. Hoje, percebemos que a atenção está mais fixada na aprendizagem do que propriamente no ensino.

Em vista ao exposto, entendemos que uma escola de qualidade só será efetivada no ambiente escolar se TODOS assumirem o compromisso de lutar pelos anseios e sonhos idealizados pela educação. Um país que se diz democrático tem que fornecer oportunidades de acesso e permanência do aluno na escola e, sobretudo que, aqueles responsáveis diretamente pelo processo educativo, possam ter condições de efetivar um trabalho significativo e de qualidade, contribuindo para o melhoramento social e conseqüentemente para as transformações sociais que se deseja.

**8.1.14 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO:**

A ênfase à atribuição de notas (medida) na avaliação tem provocado alguns desvios significativos, dentre os quais o de lhe dar um caráter meramente quantitativo, desconsiderando seu aspecto educacional de orientação do aluno.

Conforme diz LUCKESI (1984), as notas são comumente usadas para fundamentar necessidades de classificação de alunos, dentro de um dos níveis de posições, onde a maior ênfase é dada à comparação de desempenhos e não aos objetivos instrucionais que se desejam atingir. O aluno é classificado como inferior, médio ou superior quanto ao seu desempenho e muitas vezes fica preso a esse estigma, não conseguindo desvelar-se seu potencial.

Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Lei Nº 9394/96, em seu artigo 24, Inciso V, Alínea a diz que: “a verificação do rendimento escolar deverá obdecer os seguintes critérios: - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Portanto, na nossa concepção, a avaliação da aprendizagem é, sem dúvida, uma das áreas em que as escolas, na sua maioria, dentre as quais a nossa, encontra uma de suas maiores dificuldades. Na maior parte das vezes, essas dificuldades são decorrentes de certa incompreensão da própria função da avaliação.

Avaliar, no nosso entendimento, consiste em emitir um juízo de valor a respeito do nível de conhecimento, alcançadas pelo aluno, em comparação com os objetivos e metas propostos para determinado curso, série, etapa, período letivo ou unidade didática. Assim, a avaliação deve nortear o trabalho escolar como um todo, devendo a mesma seguir os princípios de ser formativa, utilizando para isso a observação diária e instrumentos variados, selecionados de acordo com o conteúdo ou objetivo.

Entendemos também que o aluno precisa ser envolvido no processo de avaliação, uma vez que também é construtor do conhecimento. Devemos considerar as diferentes naturezas da avaliação (diagnóstica, somativa e formativa, como já citado anteriormente), que se articula com os objetivos específicos e conteúdos nas escolas, respeitando as diferentes individuais e escolares.

1. A avaliação deve ser um processo que aponte caminhos, valorizando o conhecimento do aluno, pois devemos pensar na sua função, sobre o seu papel social, porque para bem avaliar, o professor precisa ternoções de como se dá o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno.
2. Sabemos que em nosso contexto escolar, nos defrontamos com uma clientela bem diversificada, cabendo ao professor saber e querer lidar com essa situação real. A avaliação só tem sentido se puder contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos alunos.
3. Contemplamos em nossa concepção sobre avaliação a visão de que aluno deve sentir a avaliação como um ato acolhedor, onde o mesmo possa perceber suas conquistas e suas limitações e, junto ao professor, buscar os meios para sanar essas dificuldades.
4. Ainda, no tocante à recuperação paralela, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96), especifica em seu artigo 13, inciso IV, sobre a incumbência do professor e de: “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”. Entendemos aqui que o trabalho de recuperação do aluno com dificuldades de aprendizagem não é simples, pois deve desenvolver um trabalho pedagógico, buscando as condições que efetivem a reabilitação como processo de reeducação e não como mera repetição de uma avaliação.

**8.1.15 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA:**

Sobre tecnologia, Noble, 1984, assinala que se criou uma redoma falaciosa em torno do verdadeiro propósito e natureza da tecnologia. Segundo o autor “esta é vista na sociedade como um processo autônomo; algo constituído e visto à margem de tudo como se tivesse vida própria, independente das intenções sociais, poder e privilégio. Examinamos a tecnologia como se fosse algo que mudasse constantemente, provocasse alterações profundas na vida das escolas. Decerto que isto é parcialmente verdade. No entanto, se nos debruçarmos sobre o que tem vindo a mudar podemos incorrer no erro de não questionar quais as relações que permanecem inalteradas. De entre estas, as mais importantes são as desigualdades econômicas e culturais que dominam a nossa sociedade”. (Noble, 1984).

Segundo Cristina Gomes Machado (2002), o processo educativo há de se revelar capaz de sistematizar a tendência à inovação solicitando o papel criador do homem. É preciso implementar no sistema Educacional, uma pedagogia mediante a qual não apenas se reforme o ensinamento, mas que também se facilite a aprendizagem.

A tecnologia tem um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 ao propor a formação tecnológica como eixo do currículo assume, segundo KUERGER (2000), a concepção que a aponta como a síntese, entre o conhecimento geral e o especifico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos.

A tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta sofisticada e alternativa no contexto educacional, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades, ou para inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas.

“Urge, pois continuar a lutar pela escolarização como um bem público contra a domesticação política que tem inflamado o debate educativo contribuindo para que a educação em geral e o currículo, em particular, se constitua numa efetiva base para que os mais desfavoráveis tenham, tomem e transformem a própria concepção de poder”. (Paraskeva, 2001).

Assim, fica claro, que ter no currículo, uma concepção de educação tecnológica não será suficiente para o acesso de todos, da Escola Pública, sem que haja uma vontade e ações política que possibilite investimento para que esses recursos tecnológicos existam e possam ser ferramenta que contribua para o desenvolvimento do pensar, sendo um meio de estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e sócio histórico, possibilitando articular ação, teoria e prática.

**8.1.16 CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA:**

A ciência nasce da necessidade de explicar os fatos observados de forma sistematizada utilizando métodos.

Para Andery (1980), “a ciência é uma das formas do conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua historia. Portanto, a ciência também é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo em que nela interfere”.

Dependendo de como se concebe o mundo, o homem e o conhecimento será a concepção da ciência.

No decorrer da historia, a ciência está sempre presente para reproduzir ou transformar. Na sociedade capitalista, o conhecimento cientifica é produzido de forma desigual, estando a serviço de interesses políticos, econômicos e sociais do processo histórico, não atingindo a totalidade da população.

A escola tem a função social de garantir o acesso de todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade. Nereide Saviani afirma que “a ciência merece lugar destacado no ensino como meio de cognição e enquanto objeto de conhecimento”, ou seja, ao mesmo tempo em que eleva o nível de pensamento dos estudantes, permite o conhecimento da realidade, o que é indispensável para que não apenas conheçam e saibam interpretar o mundo em que vivem, mas com isto saibam nele atuar e transformá-lo.

**8.1.18 CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO:**

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma re-estruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

E Educação Inclusiva atenta a diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de tosos os sujeitos alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores e nas relações família/escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado de educação das crianças com deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo sejam em escolas de freqüência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular.

**8.1.19 CONCEPÇÃO DE TRABALHO:**

O trabalho é uma atividade que está “na base de todas as relações humanas, condicionando e determinando a vida. É (...) uma atividade humana internacional que envolve forma de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida” (Andery, 1998, p, 13).

Nesta perspectiva é preciso entender o trabalho como ação internacional, o homem em suas relações sociais, dentro da sociedade capitalista, na produção de bens. Porém, é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranqüila, estando sobrecarregado pelas relações de poder.

Quando produz bens, estes são classificados em materiais ou não materiais. Os bens materiais são produzidos para posterior consumo, gerando o comércio. Já nos bens não materiais produção e consumo acontecem simultaneamente.

No trabalho educativo o fazer e o pensar entrelaça – se dialeticamente e é nesta dimensão que esta posto a formação do homem.

Ao consideramos o trabalho uma práxis humana, é importante o entendimento de que o processo educativo é um trabalho não material, uma atividade intencional que envolve formas de organização necessária para a formação do ser humano.

O conhecimento como construção histórica é matéria-prima (objeto de estudo) do professor e do aluno, que indagando sobre o mesmo irá produzir novos conhecimentos, dando condições de entender o viver, propondo modificações para a sociedade em que vive, permitindo “ao cidadão produtor chegar ao domínio intelectual do técnico e das formas de organização social sendo, portanto capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento”. (Kuenzer, 1985, p, 33 e 35).

**8.1.20 CONCEPÇÕES DE CULTURA-AFRO:**

Combater o racismo, o preconceito e outras posturas xenofóbicas são responsabilidade da sociedade como um todo e não deve ser compreendida enquanto tarefa exclusiva da escola. Trabalhar pelo fim da desigualdade racial e social, as quais permeiam todos os setores da sociedade, permitindo o nascer de uma realidade social humanizada, compete a todos inclusive a escola. Por ela passaram os equívocos sobre as civilizações africanas, políticas realizadas pelo povo negro. A complexidade existente na desvalorização da cultura de matriz africana, da imposição dos padrões estéticos europeus, da ideologia do branqueamento ditando as normas de superioridade do branco sobre o negro. A reversão desse processo está vinculada ao reconhecimento da diversidade, a valorização das pessoas negras e sua visão de mundo, a crença na importância de uma educação que não negue sua participação histórica para renascê-lo de outra sociedade.

**8.1.21 CONCEPÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL:**

Tendo-se também em vista um trabalhopedagógico que dê conta de atender às necessidades reais de nossos alunos, propomos uma metodologia a ser trabalhada coletivamente a fim de atender as questões contemporâneas. Assim, a inserção no Currículo de questões que envolvem o meio ambiente e, em especial, a questão do Impacto Ambiental, tão presente nas discussões atuais, se faz extremamente necessária.

Entendemos que no decorrer da Historia, a transformação da natureza pelas atividades humanas aumentou paralelamente ao desenvolvimento crescente das técnicas ou instrumentos de trabalho. A partir dos séculos XVIII e XIX, ocorreu o aumento dos impactos ambientais em conseqüência do processo de industrialização, que adquiriu uma dimensão a nível mundial. Esse é um fato recente na historia da humanidade, e para compreendê-lo é preciso considerar três fatores principais:

* O desenvolvimento das técnicas;
* O crescimento populacional;
* O padrão de consumo da sociedade capitalista globalizada.

Esses fatores levaram o nosso planeta a uma devastação intensa, provocando impactos ao meio ambiente em grandes proporções. Diante das catástrofes que nos deparamos e iremos nos deparar, é necessário que a escola e todos os meios de comunicação se organizem de uma forma consciente para que haja alguma mudança imediata. Se não for contida a mudança climática, esta realidade transformará milhões de pessoas em refugiados, quando suas casas sucumbirem à secas ou inundações e, por conseguinte, causará a maior migração da historia da Humanidade.

O ponto de partida para que haja efetivas mudanças é promover dentro do ambiente escolar espaço para a discussão desta problemática, no intuito de propiciar para todo ser humana uma mudança de comportamento na relação homem x natureza. É momento prevermos então, no Projeto Político Pedagógico desta instituição, a concepção sobre o impacto ambiental que deverá ser abordado de forma interdisciplinar e continua.

Para o entendimento das questões que envolvem o processo educativo como um todo, é também necessário situar-se dentro de alguns conceitos básicos relacionados á prática educativa. Assim, concepções como o de ESCOLA e de PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM remota a uma discussão que contribui significativamente para o trabalho educativo.

**8.1.22 CONCEPÇÃO DE LETRAMENTO:**

É um equívoco acreditar que é a escola a única responsável por propiciar à criança os dois “passaportes” de entrada no mundo da escrita. Muito antes de chegar à instituição educativa a criança já convive tanto com a escrita quanto com seu uso, porque, em seu contexto, a escrita está sempre presente: ora muito presente, como nas camadas economicamente privilegiadas e nas regiões urbanas, ora menos presente, como nas camadas populares e nas regiões rurais, mas sempre presente; ora em gêneros e suportes mais próximos ora menos próximos daqueles que a escola valoriza, mas sempre presente. Assim, desde muito cedo a criança convive com práticas de alfabetização e letramento, através de contato com rótulos de produtos industrializados veiculados nos meios de comunicação e usados em seu dia a dia o que, de certa forma, já está inserido-a no mundo da escrita e ampliada pelo sistema educacional.

A especificidade da alfabetização deve ser entendida, de acordo com Magda Soares, como processo de aquisição e apropriação do sistema de escrita, alfabético e ortográfico; em segundo lugar, e como decorrência, a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento – entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o conseqüente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas; em terceiro lugar, o reconhecimento de que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias algumas caracterizada por ensino direto, explicito e sistemático – particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas – outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações das crianças; em quarto lugar, a necessidade de rever e reformular a formação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes de enfrentar o grave e reiterado fracasso escolar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras.

**8.1.23 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA:**

Durante muito tempo a criança foi vista como um adulto em miniatura. Não tinhaportanto, vestimentas apropriadas, tratamento diferenciado, assumia afazeres de adultos, muitas vezes não condizente com suas capacidades físicas e intelectuais muito menos uma educação que levasse em consideração o seu desenvolvimento nas diferentes fases da infância.

Foi somente com a Revolução Industrial que essa concepção começou a ser repensado, ganho destaque neste momento o historiador francês Ariès. Em seus estudos, Ariès analisa diferentes significados atribuído à infância, em especial nos séculos XVII e XVIII. Segundo este autor, até o fim da Idade Média não existia um sentimento de infância como etapa específica da vida humana, portanto com características e necessidades próprias. Ariès afirma que é no fim da Idade Média que se inicia um processo de mudança, pois a infância passa a ser encarada como sinônimo de fragilidade e ingenuidade, sendo alvo de atenção dos adultos. Já no século XVIII, a concepção sobre a infância passa pelo disciplinamento e pela moral, exercidas especialmente por um processo educacional impulsionado pela Igreja e pelo Estado. Esta concepção marca a educação das crianças, particularmente no período do capitalismo industrial, no século XIX. Embora com ressalvas, sua pesquisa é considera relevante pelo fato de que contribuiu para a compreensão da infância como um conceito construído historicamente.

Diante disso, na atualidade a criança é vista como um ser completo que apresenta características próprias. Ela possui uma natureza singular, que a caracteriza como um indivíduo que pensa o mundo de um jeito próprio e por meio das relações que estabelece com outras pessoas, se esforça para compreender o mundo em que vive e através de atividades lúdicas revela seus anseios e desejos. Assim, aprende muitas coisas brincando, por exemplo: regras, limites, cooperação, competição, valores, noções de topologia, de lateralidade, de esquema corporal, expressão, canto, dança, aspectos culturais, movimentos motores finos, manipulação de objetos, trabalhos em grupo, mediação de conflitos, cuidados, enfim, muitos aprendizados dos elementos que a inserem gradativamente no mundo adulto, vêm do brigar. Portanto, “brincar não é uma dinâmica interna do individuo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessitam de aprendizagem” (BROUGÈRE, 2002, p. 20).

Para KRAMER (1995) o conceito de infância se diferencia conforme a posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica em que se inserem. Portanto, não há uma concepção infantil homogênea, uma vez que as crianças e suas famílias estão submetidas a processos desiguais de socialização e de condições objetivas de vida. Nesse sentido, cabe à escola, reconhecer estes sujeitos como capazes de aprender os diferentes conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados como conteúdos pela escola, respeitando a singularidade da infância.

Algumas singularidades que marcam esta fase da vida explicitam as formas que as crianças desenvolvem, na interação social, para aprender e relacionar-se com o mundo: a grande capacidade de aprender; a dependência em relação ao adulto, o que exige proteção e cuidados; o desenvolvimento da autonomia e autocuidados; o intenso desenvolvimento físico-motor; a ação simbólica sobre o mundo e o desenvolvimento de múltiplas linguagens; o brincar como forma privilegiada de apropriar-se da cultura; a construção da identidade, por meio do estabelecimento de laços sociais e afetivos (FARIA & SALLES, 2007).

**8.2 PRINCIPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: ACESSO, PERMANÊNCIA, CAPACITAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES E QUALIDADE DE ENSINO – APRENDIZAGEM:**

**8.2.1 PRINCIPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA:**

O Artigo nº. 14 I e II (L.D.B.) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, define que “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação da comunidade escolar e conselhos escolares ou equivalentes”.

Sendo assim, esta instituição desenvolve uma gestão democrática centrada nos valores e princípios democráticos pela natureza social da escola. O trabalho por ela desenvolvido visa o cumprimento da função social e política da educação escolar, que é a formação social do cidadão participativo, responsável, critico e criativo, através da produção e socialização do saber historicamente acumulado pela humanidade e constitui um processo pedagógico dinâmico onde há um envolvimento harmonioso entre o corpo docente, discente, funcionários e comunidade em geral, baseada na conjunção de liberdade e co-responsabilidade nas decisões a serem tomadas com relação da melhoria do processo ensino aprendizagem, portanto, a gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras e exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática.

A participação popular melhora a qualidade das decisões tomadas na área da educação e têm um papel fundamental na democratização da gestão. Assim organizamos e articulamos as ações necessárias ao funcionamento da escola desse ponto de vista.

1. Participação dos pais:

* Realização de reuniões coletivas para discussão de assuntos gerais do interesse de todos e tomada de decisões;
* Reuniões por turmas para assuntos pedagógicos, junto aos professores, equipe pedagógica, direção, alunos e pais, no início do ano letivo e quando se fizer necessário;
* Atendimento individual para tratar de assuntos pedagógicos e disciplinares em relação aos filhos;
* Convite à participação em programas desenvolvidos pela escola durante o ano letivo.

1. Conselho Escolar / APME:

* Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos relacionados ao andamento da escola, à tomada de decisões administrativas, conhecimento da realidade pedagógica da escola, entre outros assuntos;
* Convite à participação em programas desenvolvidos na escola.

1. Conselho de Classe:

* Discussão das dificuldades e progressos dos alunos em torno do processo de ensino-aprendizagem;
* Busca de soluções para problemas específicos das turmas.

**8.2.2 ACESSO, PERMANÊNCIAE QUALIDADE DE ENSINO:**

Os principais princípios que devem nortear uma escola democrática se efetiva pela igualdade e qualidade de ensino.

Assim, o principio da Igualdade se caracteriza pelas condições de acesso e permanência do aluno na escola, garantida pela mediação da mesma.

No tocante à Qualidade, cabe aqui destacar que a escola não pode ser privilegio de determinadas classes sociais, mas sim, o desafio é o de propiciar uma qualidade de ensino para todos.

A escola de qualidade que queremos deve evitar, de todas as maneiras possíveis à repetência e a evasão escolar. Tem que garantir metas qualitativas do desempenho satisfatório de todos. “Qualidade para todos”. É preciso garantir a permanência dos educados que ingressarem nela, e esta competência de qualidade para todos, depende dos meios, por isso a qualidade implica consciência critica e capacidade de ação, saber e mudar.

**8.2.3. FORMAÇÃO CONTINUADA:**

De acordo com a LDB nº 9.394/96, Titulo VI, Artigo. 63. III, 67. II, “Os institutos superiores de Educação manterão programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”.

E ainda:

“Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público, aperfeiçoamento profissional continuando, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

Cabe ressaltar que a formação continuada é um direito de todos os profissionais que atuam na instituição educacional, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional que atuam na instituição, articulado com as escolas e seus projetos. A formação continuada deve estar centrada na escola e fazer parte do Projeto Político Pedagógico. Assim, compete a escola:

1. Proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais;
2. Elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa.

Assim, a formação continuada dos profissionais, da escola compromissada com a construção do Projeto Político Pedagógico, não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade. “A rotina do funcionamento da Escola pode ser a possibilidade de o professor aperfeiçoar, continuamente, sua competência docente educativa, o mesmo podendo ocorrer com diretores, funcionários e demais profissionais que atuam no sistema formal de ensino.”

Pode-se dizer que o conceito de competência docente apresenta seis aspectos essenciais:

* Competência técnica e compromisso político;
* Domínio competente e critico do conteúdo a ser ensinado;
* Clareza dos objetivos a serem atingidos;
* Domínio competente dos meios de comunicação a serem utilizados para a mediação eficaz entre o aluno e os conteúdos do ensino;
* Visão articulada do funcionamento da Escola, como um todo;
* “Percepção nítida e crítica das complexas relações entre educação escolar e sociedade.”

A realidade educacional vista hoje, exige dos profissionais uma constante atualização. Para isso, há a necessidade de se abrir espaços para aspecto mais amplo, que seria diversificado, atendendo aos anseios dos educadores escolares.

**8.3 CURRÍCULOS DA ESCOLA PÚBLICA:**

Não se pode falar de currículo sem citar três pontos fundamentais para a compreensão do mesmo:

**8.3.1 DINÂMICA DO CURRÍCULO; REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO; CONFIGURAÇÃO DA MATRIZ TEÓRICA.**

Partindo do entendimento de que a aprendizagem é um processo contínuo na vida do ser humano e apesar de “processo”, podemos dizer que ensinar uma das funções essenciais da escola, é promover a “transposição didática” de conhecimentos, um processo que torna os saberes “ensináveis, exercitáveis e possíveis de avaliação” e em que é possível distinguir três fases de transformação na dinâmica do currículo: da cultura extra-escolar para o currículo formal; do currículo formal para o currículo real; do currículo real para a aprendizagem efetiva.

E para que isso se realiza, a escola precisa construir um currículo que:

. Concilie os conhecimentos científicos que presidem a produção moderna e o exercício da cidadania plena, a formação ética e a autonomia intelectual, as competências cognitivas e as sociais, o humanismo e a tecnologia;

. Considere as múltiplas interações entre os conteúdos das disciplinas, abertura e a sensibilidade para identificar as relações entre escola, vida pessoal e social, entre o aprendido e o observado, entre o aluno e o objeto do conhecimento, entre a teoria, suas conseqüências e aplicações práticas como pressupostos decisivos de sua organização;

. Reconheçaa linguagem como elemento primordial para a constituição dos conceitos, relações, condutas e valores, o conhecimento como construção coletiva e a aprendizagem como mobilizadora de afetos, emoções e relações humanas;

. Faça uma reflexão sobre o trabalho pedagógico e selecionar o que de fato é relevante e consistente no conjunto extraordinário de conhecimentos hoje disponível, o queimpõeà escola o compromisso de propiciar ao professor o desenvolvimentoda capacidade de ‘mapear’ os conhecimentos relevantes na escola adequada às necessidades e possibilidades dos alunos.

Nesse contexto exigem-se estratégias diversificadas, procedimentos e atividades de “reinvenção” do conhecimento, um relacionamento das disciplinas em programas de estudo, pesquisa e ação (interdisciplinaridade) e a contextualização dos conteúdos; além de uma abertura e uma sensibilidade capazes de reconhecer a relação entre o conhecimento e os contextos contemporâneos da vida social e pessoal.

O currículo é por natureza uma rede de sentido capaz de estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e de relacionar, dialeticamente, o aprendido com o observado, a teoria com suas conseqüências e aplicações prática.

Devemos superar uma visão fragmentada do conhecimento e da realidade e propiciar ao aluno um conjunto articulado de conhecimentos significativos, a partir do que ele já sabe. Isso implica um planejamento coletivo e um trabalho cooperativo dos professores, pois é exatamente isso o que significa interdisciplinaridade, sem desconsiderar a complexidade necessária, aquela possível considerando um currículo real em ação.

**8.3.1.1 FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL:**

O Ensino fundamental é a etapa da educação básica no Brasil, com a nova proposta de duração de nove anos, envolvendo crianças e adolescentes com idade entre 06 e 14 anos. Este foi reformulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, tomando o lugar do então chamado Ensino de Primeiro Grau...

A duração obrigatória do Ensino Fundamental foi ampliada de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, passando a abranger a Classe de Alfabetização (fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório (a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série). Lei posterior (11.114/05) ainda deu prazo até 2010 para que estados e municípios se adaptarem às novas regras.

O Ensino Fundamental é subdividido em dois níveis, a saber: dos seis aos dez anos, classe de alfabetização, indo do primeiro ao quinto ano (caracterizado pela alfabetização e solidificação dos conteúdos básicos); **a segunda** parte vai do sexto ao nono ano, normalmente dos onze aos 14 anos do aluno, se ele sempre tiver sido aprovado nas séries anteriores, ou seja, não ter repetido algum ano (caracterizado pela diversificação e especificidade dos conteúdos).

Nessa fase de ensino, as crianças e adolescentes são estimulados à aprender através de atividades lúdicas, jogos, leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível. Através dos vários processos pedagógicos, busca-se conduzir a criança ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social.

No segundo nível, os pré-adolescentes costumam ter um professor por disciplina, além de ter um maior horário de estudo, e também uma disciplina mais abrangente, que servirá de base para que o aluno inicie o Ensino Médio.

As diretrizes norteadoras da educação fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental deverá atingir sua universalização, sob responsabilidade do Poder Público considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade, até sua conclusão.

Para garantir melhor equilíbrio e desempenho dos seus alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social com programas voltados à educação, à alimentação escolar, ao livro didático a ao transporte escolar, reforçando o Projeto Político Pedagógico da escola, como as próprias expressões da organização educativa da unidade escolar surgem os conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação da comunidade, os alunos, os pais, os professores e demais trabalhadores da educação.

A Proposta Curricular do Ensino da escola Municipal João Nascimento Filho, está, conforme anteriormente abordada, respaldada na Pedagogia Histórico crítica e visa nortear as práticas pedagógicas dos educadores na perspectiva da construção de uma escola pública de qualidade para todos, e é resultado de uma construção coletiva de educadores, visando o aprofundamento de seus pressupostos teórico-metodológico e a suas consolidações na prática pedagógica.

A proposta curricular fundamenta-se, explícita ou implicitamente, nos eixos temáticos. Porqueentende-se que, o recurso aos eixos temáticos liberta o ensino dos conteúdos fixos. Neste Referencial o que se pretende é que os conteúdos sejam tratados como meios para o desenvolvimento devalores que possibilitem aos educandos produzir e usufruir dos bens sociais e culturais considerados essenciais na nossa sociedade.

Nessa perspectiva, a definição dos conteúdos deve ser feita observando os critérios de relevância social e sua contribuição para o desenvolvimento intelectual e social do aluno, sendo abordado de forma significativa e contextualizada, permitindo que o educando perceba sua importância e funcionalidade e que, estes, possibilitem desenvolver capacidades para resolver situações complexas da realidade. Nesta opção em que não ocorreconteúdos ou sequencia obrigatórias; os professores têm a liberdade de escolher temas, assuntos, épocas que desejam estudar.

A mudança supõe uma visão dinâmica e não mais estática. O processo ensino/aprendizagem passa a ser transitando das partes para o todo e deste para as partes, realiza um constante vai e vem que torna possível o desvendamento das múltiplas contradições do social. Esse movimento do tempo (entendido como contradição e não como evolução progressiva), permite preparar o aluno na condição omnilateral.

É impensável uma proposta curricular que se dê no espontaneísmo, sem que haja um norte a partir do qual a mesma se fundamente. Entendemos como eixos fundamentais uma concepção de homem e uma concepção de aprendizagem.

Pela primeira, decide-se da Escola Municipal João Nascimento Filho enxerga o ser humano um ser como social e histórico. No seu âmbito teórico, isto significa ser resultado de um processo histórico, conduzido pelo próprio homem. Essa compreensão não consegue se dar em raciocínios lineares. Somente com um esforço dialético é possível entender que os seres humanos fazem a história como elaboração humana é capaz de sustentar esse entendimento, sem cair em raciocínios lineares. Ilustrativo dessa concepção é a afirmação de que os homens fazem sua própria História, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com as quais se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1978).

Em termos de conhecimento produzido no decorrer do tempo, esta proposta curricular parte do pressuposto de que o mesmo é um patrimônio coletivo, e por isso deve ser socializado, e garanti-lo a todos. Isto tem implicações com políticas educacionais que devem zelar pela inclusão e não pela exclusão, tais como campanhas de matrículas abrangentes, capacitação de professores, programas de formação, e com posturas dos professores diante do ato pedagógico, que zelem igualmente pela inclusão, tais como: zelar para que todos aprendam, não apenas os que tenham maior facilidade para tal, mas, para garantir que o conhecimento do qual o professor é portador seja efetivamente oportunizado a todos os alunos. No que diz respeito a essa questão, a Proposta Curricular da escola se concretiza pela concepção **histórico-crítica.**

**8.3.1.2.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS:**

Com a reformulação da proposta curricular, entendemos que os princípios que vão dar sustentação a função socializadora da escola, assim como a formação daqueles que vão atuar nela, que são: trabalho como principio educativo, a práxis como principio curricular e, por último, o direito da criança ao atendimento escolar.

As categorias que dão sustentação a esses princípios são: trabalho, ciência e cultura. O trabalho que é princípio educativo fundamental a ser socializada desde a infância, a ciência que é colocada para nós, que a escola é o mundo dos saberes: saber da ciência, da cultura, da experiência, do saber agir, do saber sentir, do saber olhar, do saber pensar... É o mundo do conhecimento.

**8.3.1.2.2 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO:**

O trabalho é o eixo do processo educativo, porque é através dele que o homem modifica a natureza e também se modifica, numa perspectiva que incorpora a própria história da formação.

Portanto, o trabalho deve ser o centro da formação humana em todo o Ensino Fundamental, e não apenas naqueles que tem o pressuposto de formação profissionalizante.

Em se tratando especificamente do curso da Formação de Docentes, consideramos encaminha os jovens para a profissão de educador através de uma proposta curricular solidificada nos fundamentos das diferentes ciência e artes, especialmente nas ciências da educação. Dessa forma, se propõe a composição curricular articulada aos saberes disciplinares e especifico do “saber fazer” da profissão de educador. Isto significa dizer que o núcleo fundamental da formação do professor, pressupõe por um lado o domínio dos conteúdos que serão objetos do processo de aprendizagem e, por outro lado, o domínio das formas através dos quais se realiza o processo.

**8.3.1.2.3 A PRÁXIS COMO PRINCÍPIO CURRICULAR:**

Parte do princípio de que a formação do professor em si mesma já pode ser considerada uma práxis, porque pressupõe uma atividade/ação social prática de formação/interação. Se esta ação ocorrer de forma alienada, não atingirá a dimensão política da formação humana que se pretende.

Cabe assim considerar que na organização do currículo, tudo isso se refletirá posteriormente, se possibilitarmos, em todas as etapas didáticas da formação, espaços e tempos em que o docente e alunos possam enfrentar todas as dimensões do trabalho do professor como atividade humana condicionada pelo modo de produção e também como modo de vida, pois ao lidar com a dimensão mais política da socialização humana, essa ação tem o compromisso com o futuro. Enfim, com a transformação social.

As atividades desenvolvidas na operacionalização do currículo, na forma de aulas expositivas, oficinas, seminários, estágios realizados nas escolas de Educação compreensão da prática docente como ima ação transformadora de uma realidade presente que pode ser configurada como “práxis”.

**8.4TRABALHO COLETIVO:**

**8.4.1 – Prática Transformadora:**

As propostas de trabalhos educativos, formulados na nossa escola, são elaborados junto a toda a comunidade escolar (alunos, professores, equipe pedagógica, direção e funcionários). Estes são realizados mediante um processo contínuo de reflexão sobre a prática pedagógica , onde se discute, Propõe, realiza, acompanha, avalia e registra as ações que vão desenvolver para atingir os objetivos coletivamente delineados.

Nesse processo, se produz o conhecimento, construindo e reconstruindo o mesmo cotidianamente na sala de aula e fora dela, com base em estudos teóricos e em outras áreas afins.

Ao se elaborar propostas de trabalhos educativos entende queo professor e a escola devem discutir e expor, de forma clara, valores coletivos, delimitando prioridades, definindo resultados desejados e incorporando a auto-avaliação ao seu trabalho, em função dos conhecimentos da comunidade em que atua.

A elaboração de propostas de trabalhos educativos deve ser claramente definida, de forma a permitir investimentos que estejam de acordo com as diferentes necessidades da comunidade, buscando cada vez mais, um equilíbrio entre as condições de trabalho de cada escola.

No trabalho pedagógico por atividades diferenciadas, cabe ao professor e à direção, coordenar a elaboração dos mesmos e buscar, nas demais instituições da comunidade, (órgãos públicos, privados e empresas), a possibilidade de realização de parcerias e convênios de cooperação.

**8.5 O QUE A ESCOLA PRETENDE DO PONTO DE VISTA POLITICO-PEDAÓGICO:**

A escola é responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão, no sentido pleno da palavra. Então, cabe a ela definir pelo tipo de pessoa que deseja formar, de acordo com a sua visão de sociedade. Cabe-lhe também a incumbência de definir as mudanças que julga necessário fazer nessa sociedade, através das mãos do cidadão que irá informar.

Assim, pretendemos lutar para a consignação de uma sociedade justa, solidária, sem corrupção, sem preconceitos, pacífica, fraterna e mais humana, onde o homem possa ser reconhecido pelo “ser” e não pelo “ter”. Queremos, na coletivamente de pensamento, uma sociedade onde todos tenham condições de uma vida mais digna.

**8.5.1 – O Que Se Quer Para os Alunos:**

Um sujeito que seja consciente de seu papel como cidadão, crítico empreendedor, no sentido de estar constantemente em busca de novas informações acerca do conhecimento e em relação ao mundo do trabalho, criativo, consciente de seus direitos e obrigações, e, sobretudo, com conhecimento e atitudes que possam contribuir para a transformação da realidade em que vivemos.

**8.5.2 Que Escola Queremos:**

A escola que queremos é aquela em que os conhecimentos de atualizam constantemente, priorizando a formação formal (conhecimentos), aliada à formação humana (valores), salientando a visão de ofertar uma educação que seja voltada à formação cientificam, mas que ao mesmo tempo, resgate a “essência” do ser humano, nas suas múltiplas dimensões – omnilateralidade.

**8.5.3 Sonhar e Construir Juntos:**

No tocante ao saber, enfatizamos a relação saber – pensar – agir. Almejando ofertar um tipo de saber que realmente condigam com a realidade daquilo que é básico para sua vida e prosseguir seus estudos. Que esses saberes acumulados possam realmente ser aplicáveis em seu dia-a-dia.

Nossa escola assume a responsabilidade de oferecer condições ao aluno para conhecer os saberes acumulados pela Humanidade, proporcionando uma visão mais ampla com os conhecimentos da atualidade.

Assim, partilhar do pensamento de que as transformações sociais exigem um novo tipo de escola e conseqüentemente, um novo tipo de educação e formação, para uma nova sociedade.

Esse aspecto se caracteriza como um dos princípios norteadores do compromisso constante de todos os agentes educativos de nossa escola, envolvidos no processo, criando a visão da necessidade de uma educação que sê conta de formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos e atores sociais comprometidos com um novo tipo de sociedade e de Humanidade.

**9. ATO OPERACIONAL:**

O ato operacional delineia a luta esperançosa – as mudanças significativas a serem alcançadas e define as grandes linhas de ação e a reorganização do trabalho pedagógico da escola na perspectiva administrativa, pedagógica, financeira e político educacional.

**9.1 ACÕES PARA OS PROBLEMAS:**

Em se tratando das realidades em que a qualidade é levada em consideração, temos o alicerce, ou melhor, a pedra angular de toda prática pedagógica bem sucedida.

A todo o momento o ser humano planeja suas ações, suas decisões, seu trabalho, sua vida, enfim, com o oficio docente não é diferente. As boas práticas em sala de aula mostram eficientes e eficazes no cenário educacional justamente porque foram planejadas, a partir de uma postura reflexiva sobre a prática a ser empreendida.

O plano de ação da Escola, do Gestor, do Pedagogo, do Professor e do Agente de Execução é à base de todo o currículo escolar. Planos de ensino, diretrizes, parâmetros, planos anuais, planos de aula, planos de atividade, todos, cada um em sua instância, são tarefas a serem cumpridas, visando sempre um ensino de qualidade.

É a partir do plano de ação destas instâncias que o professor, o pedagogo, o gestor, enfim, a escola possa reanalisar sua atuação e possibilitar um resultado eficaz e eficiente.

Assim, entendemos que é importante desencadear um processo de repensar todo o ensino, buscando um significado transformador para os elementos curriculares básicos:

* Objetivos da educação escolar (para ensinar e aprender?)
* Conteúdos (o que ensinar e aprender?);
* Métodos (como e com o que ensinar e aprender?);
* Avaliação (como e o que foi efetivamente ensinado e aprendido?).

**9.9 TIPOS DE GESTÃO:**

**Gestão Democrática:**

Na perspectiva de uma gestão democrática, impregnada por uma atmosfera que respira a escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração de programas e atividades diversificadas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, estaremos buscando a auto realização, compreensão do sentido da vida, e elaboração consolidada de um repertório saudável que proporcionem alegria de viver, de amar e de servir.

O tipo de gestão proposto em nosso Projeto Político Pedagógico, está norteado pelo principio da gestão democrático, onde toda a comunidade escolar e os usuários da escola deverão agir como co-gestores e não apenas como fiscalizadores e, menos ainda, como menos receptores dos serviços educacionais. Pais e mães, alunas e alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidades pelo projeto da escola que queremos.

Portanto, compartilhamos a visão de inúmeras razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola:

* A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo;
* A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia;
* A escola não tem um fim em si mesmo. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém;
* A gestão democrática pode melhorar o que é especifico da escola; o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola de seus atores; estreitando o contato entre professores e alunos, o que aumentará o conhecimento mútuo e, em conseqüência, a aproximação entre as necessidades dos alunos e os conteúdos ensinados pelos professores.
* A autonomia e a participação – pressupostos do projeto político pedagógico da escola -não se limitam à mera declaração de princípios consignada em algum documento.
* Sua presença precisa ser mantida no Conselho de Escola ou Colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas. Não basta apenas assistir às reuniões.
* A gestão democrática envolve atitude e método. A atitude democrática, que busca a participação e a transparência, é essencial, mas não suficiente. Precisa de métodos democráticos, de efetivo exercício de participação conseqüente, que alcance resultados. Nesse aspecto, é um aprendizado, que demanda tempo, atenção e trabalho. As informações que facilite os processos de divisão do trabalho, estabelecimento do calendário escolar, a distribuição das aulas, a elaboração ou criação de novos cursos ou de novas disciplinas, a formação de grupos de trabalho, a capacitação dos recursos humanos etc..

Assim, aliado ao principio da gestão, apresentamos as considerações abaixo, que especificam “A escola dos nossos sonhos”. Ações que podem ser viabilizadas e implementadas no seio da escola para que se consiga atingir a escola ideal para todos:

* Trabalhar, de modo interativo, em parcerias com outras instituições sociais para que assim, poder cumprir seu papel social de construção e democratização do conhecimento;
* Organização da hora/atividade do professor por áreas de conhecimento, para que se possa implementar a troca de experiências em torno do trabalho pedagógico;
* Pelo fato de possuímos alunos com necessidades especiais, no caso, deficiência mental leve e distúrbios de aprendizagem, possibilitar a abertura da sala de recursos, com professores habilitados e preparados para atender a essa demanda;
* Garantir debates e discussões, construindo uma cultura avaliativa, diagnóstica e reflexiva, com possibilidades de recuperação paralela e reforço escolar, minimizando a exclusão, implementadas através das salas de apoio à aprendizagem, sobretudo às 5ª series.
* Trabalhar a partir da realidade do aluno, somadas a outras realidades construindo comele uma nova leitura de mundo;
* Dotar a escola de infraestrutura que permita o estímulo à prática de atividades esportivas, artísticas e culturais com a finalidade primordial de minimizar a evasão escolar;
* Implementar bibliotecas com bibliografias recentes atualizadas, em todas as áreas pedagógicas; tendo a intenção de formar o cidadão critico;
* Construir uma escola inclusiva que ouça a voz dos alunos e valorize a experiência do professor.

No tocante à recuperação de estudos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9394/96), especifica em seu Artigo 13, Inciso IV, sobre a incumbência do professor de: “estabelecer estratégias de recuperação de para os alunos de menor rendimento”. Entendemos aqui que o trabalho de recuperação do aluno com dificuldades de aprendizagem seja paralelo, pois deve envolver um trabalho pedagógico, buscando as condições que efetivem a reabilitação como processo de reeducação e não como mera repetição de uma prova de avaliação.

Aos alunos que não conseguirem atingir a media e freqüência final exigida para aprovação, a nossa instituição não oferecerá o regime de progressão parcial, devendo os mesmos cursarem a série em que reprovou, com freqüência normal.

Ainda, na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente àconsecução dos fins, em que se busca e se deseja práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadase assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processodecisório como tal e seus desdobramentos de execução. Liderança e firmeza no sentido de encaminhar e viabilizar decisões com segurança, como elementos de competência pedagógica, ética e profissional para assegurar que decisões tomadas de forma participativa e respaldadas técnica, pedagógica e teoricamente sejam efetivamente cumpridas por todos. Para isso, a importância, como afirma Gramsci, de que “as normas devam ser estabelecidas pela própria coletivamente, a que na escola seria envolver a todos na definição do caminhar” da escola.

Assim, cada segmento existente na escola, deve lançar mão de seu compromisso para com a escola, pois pertencentes às instanciais colegiadas, estas podem “fazer a diferença” no dia-a-dia da instituição. Portanto, apresentamos a seguir o papel especifico de cada instância existente em nossa escola, para a construção de uma escola de qualidade.

**9.10 PAPEL ESPECÍFICO DE CADA SEGMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR:**

**Gestor Administrativo:**

A função do gestor administrativo,abrange a dimensão burocrática.

A LDB 9.394/96 estabelece em seu capitulo I, Seção II, Artigo 15, § 1° que para o cargo de diretor, é exigido o nível universitário, recomendando-se a formação pedagógica.

Portanto, as atividades do gestor administrativo incluem:

* Representar a configuração da autoridade administrativa, responsável geral pelo desenvolvimento das atividades escolares e pelo adequado desempenho de um grupo de profissionais com relação ao alcance de um objetivo estabelecido. Em suas atividades ele deve administrar: os recursos materiais necessários à escola; o pessoal em geral (distribuição de funções); o corpo discente (organização das aulas); e a estrutura total da escola (incluindo a formal e informal);

**GestorPedagógico e Técnico Pedagógico:**

O gestor pedagógico, conjuntamente com o técnico pedagógicodirige e coordena todas as atividades pedagógicas da escola,. Portanto, as atividades do gestor pedagógico incluem:

* Cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolares;
* Coordenar o planejamento das atividades, dos serviços do estabelecimento;
* Montar o horário com o apoio da equipe pedagógica;
* Viabilizar formação continuada aos profissionais da escola;
* Organizar a hora atividade dos professores para estudo.
* Organizar turmas, calendário letivo, distribuição das aulas e disciplinas, horário semanal e aulas e recreio;
* Dar atendimento aos professores, alunos, pais e comunidade;
* Cuidar para que as leis referentes ao ensino sejam cumpridas, de acordo com o regimento escolar;
* Integrar a escola à comunidade e a família, organizando reuniões e promovendo eventos comemorativos;

**Professor Pedagogo:**

A descrição das atividades genéricas do professor pedagogo nos estabelecimentos de ensino de educação infantil, educação profissional, ensino fundamental e EJA da rede Municipal Sergipe configura-se nos seguintes princípios.

* Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do projeto político pedagógico e do plano de ação de escola;
* Coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta curricular da escola, a partir das políticas educacionais da SEME e das Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE;
* Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudos para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
* Participar e intervir, junto á direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
* Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
* Analisar os projetos de natureza pedagógica a serem implantados na escola;
* Coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do projeto político pedagógico e da proposta curricular da escola, intervindo na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, do “recreio”, da hora atividade e de outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico;
* Coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógico didático desenvolvido na escola pelo coletivo dos profissionais que nela atuam;
* Implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa;
* Apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o projeto político pedagógico, a proposta curricular e o plano de ação da escola e as políticas educacionais da SEME;
* Coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de proposta curricular e do projeto político pedagógico da escola;
* Participar da organização pedagógica da biblioteca da escola, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos;
* Orientar o processo de elaboração dos planos de trabalho docente junto ao coletivo de professores da escola;
* Subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, troca de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
* Elaborar o projeto de formação continuada do coletivo de professores e promover ações para sua efetivação;
* Organizar a hora atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de reflexão/ação sobre o processo pedagógico desenvolvido em sala de aula;
* Atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de proposta de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de socialização do conhecimento científico e de construção do saber realmente se efetive;
* Organizar a realização dos conselhos de classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão/ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo;
* Informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar, aprendizagem de todos os alunos;
* Coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar da escola, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;
* Orientar a comunidade escolar a interferir na construção de um processo pedagógica numa perspectiva transformadora;
* Desenvolver atividades que promovam a interação escola comunidade, de forma a ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber e de melhoria das condições de vida da população;
* Participar do Conselho Escolar subsidiando teóricos o metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
* Propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola;
* Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de descriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais;
* Observar os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa.

**Docentes:**

Os docentes do Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos) são profissionais responsáveis por transmitir ao aluno, informações sobre vários campos do conhecimento, que compõe a proposta curricular estabelecida pelas instâncias superiores de educação.

Alem disso, os mesmos devem procurar propiciarão aluno um ensino dinâmico e criativo, que estimule a aprender, raciocinar, adequando os ensinamentos a cada faixa etária e a cada contexto sócio econômico. Ao mesmo tempo em que ensinam o professores também formam os jovens nos aspectos de hábitose atitudes, transmitindo lições de disciplina, solidariedade, respeito ao próximo e consciência de cidadania. Portanto, o professor deverá ter três qualidades fundamentais: à atitude do verdadeiro educador, domínio de conteúdos e capacidades de fazer com que o aluno se interesse pelos conteúdos.

**ATRIBUIÇÕES DOS DOCENTES:**

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES GENÉRICAS DOS PROFESSORES DE 6º AO 9º ANOS DAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL E SÉRIES DO EJA DA REDE MUNICIPAL DE ESTÂNCIA.**

* Contribuir para o desenvolvimento da proposta pedagógica dos estabelecimentosde ensino em que atuar;
* Elaborar o plano de ação do docente anual de sua disciplina a trabalha pelo seu cumprimento em consonância com a proposta curricular e pedagógica do estabelecimento de ensino, com os princípios norteadores das políticas educacionais da SEED e com a legislação vigente para a Educação Nacional;
* Realizar a transposição didática dos conhecimentos selecionados, respeitando as especificidades dos alunos;
* Conduzir sua ação escolar contemplando as dimensões teóricas e práticas dos saberes e atividades escolares;
* Realizar a avaliação da aprendizagem de modo a acompanhar o processo de construção do conhecimento dos alunos;
* Elaborar instrumentos de avaliação diversificados;
* Intervir para que os alunos possam superar eventuais defasagens e/ou dificuldades;
* Assumir compromisso com a formação continuada, participando dos programas de capacitação ofertados pela mantenedora e/ou por outras instituições, mantendo atitude permanente de estudo, pesquisa e produção;
* Desenvolver procedimentos metodológicos variados que facilitem e qualifiquem o trabalho pedagógico;
* Organizar a rotina de sala de aula, observando e registrando dados que possibilitem intervenções adequadas, sobretudo nos momentos de dificuldade no processo ensino-aprendizagem e situações de conflito;
* Desenvolver aulas que proporcionem a interação aluno-professor e aluno-aluno, favorecendo a atitude dialógica;
* Adotar uma postura reflexiva, crítica, questionadora, orientando os alunos a formular e expressar juízos sobre temas, conceitos, posições e situações;
* Expressar-se por meio de várias linguagens, visando o enriquecimento e a inteligibilidade de suas aulas bem como dos materiais produzidos para apoio pedagógico;
* Expressar-se verbalmente de maneira objetiva e compreensível, com dicção clara;
* Desenvolver as aulas de forma dinâmica, versátil e coerente com a disciplina e especificidades dos educandos;
* Obedecer aos preconceitos vigentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Criança e do Adolescente, na Legislação Estadual e demonstrar, em situações práticas, as atividades propostas aos educandos, utilizando-se como referência os estímulos visuais, auditivos e motores;
* Trabalhar, demonstrativa e conceitualmente, com materiais específicos de sua área/disciplina;
* Particular e/ou colaborar com atividades lúdicas, culturais e desportivas dinamizadas dentro do contexto escolar.
* Selecionar livros, textos, materiais e atividades complementares, vídeos, dinâmicas de grupo, experiências, passeios e visitas, estabelecendo um cronograma, aplicando e avaliando no dia-a-dia as atividades planejadas;
* Propor jogos recreativos e exercícios para estimular o desenvolvimento global do educando;
* Desenvolver atividades que explorem conhecimentos gerais como: noticias de jornais e datas comemorativas, entre outros, promovendo um relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, pais, e com os diversos segmentos da sociedade;
* Organizar tarefas coletivas para estimular a socialização dos educandos, resguardando sempre o respeito e integridade;
* Entender as dificuldades e necessidades individuais de cada aluno, assegurando que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminativo de cor, raça, religião ou classes sociais;
* Ser assíduo e pontual nos seus compromissos, chegando a 10 minutos de antecedência para o ajuste de seus materiais;
* Comunicar com antecedência, sempre que possível, os atrasos e faltas eventuais, para que sejam tomadas as providências necessárias;
* Participar ativamente de reuniões, comemorações e atividades cívicas promovidas no estabelecimento de ensino.

**Agente de execução (secretário e técnico administrativo)**

Segundo a LDB 9.394/96, no capitulo I, Seção II, ARTIGO 7º, o Secretário tem responsabilidade de manter organizada e atualizada a documentação dos educandos. E, no artigo 15, § 1º, o Secretário Escolar e técnico-administrativo deverá ter formação de nível médio, no mínimo.

**Atribuições do Agente de execução (secretário e técnico administrativo)**

O secretário (o) e/ ou técnico-administrativo terá como encargo, todo serviço de escrituração, documentação escolar e correspondência do estabelecimento, devendo ser observadas também as seguintes funções:

* Cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;
* Atender a comunidade escolar e demais interessada, prestando informações e orientações;
* Cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;
* Participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;
* Controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;
* Organizar, em colaboração com o (a) secretário (a) escolar, os serviços do seu setor;
* Efetivar os registros na documentação oficial como ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;
* Organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;
* Classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;
* Coletar e digitar dados estáticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;
* Executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;
* Participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;
* Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
* Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas , com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
* Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

**Agente de execução (Bibliotecários)**

Os Bibliotecários conduzirão o educando as fontes de pesquisa e consulta, para professores e comunidade em geral, objetivando favorecer a formação de alunos críticos, reflexivos e com hábitos e interesses pela leitura. As suas funções especificam encontram-se detalhadas no Regulamento próprio da Biblioteca. A seguir são apresentadas algumas dessas funções.

**Atribuições do Agente de execução (Bibliotecários)**

* Catalogar todo material da biblioteca, controlando a entrada e saída dos mesmos;
* Incentivar o hábito e habilidade da leitura e da pesquisa;
* Zelar pela guarda e manutenção de equipamentos e de outros materiais de ensino-aprendizagem;
* Efetuar tarefas correlatas as suas funções.

**Agente de apoio (Merendeira)**

Cabe ao funcionário que exerce a função de Agente de apoio (Merendeira) a preparação dos alimentos, mantendo a higiene e conservação dos mesmos, assim como dos utensílios e local onde a merenda é servida.

A mesma deverá comparecer ao trabalho, devidamente trajada conforme normas e padrões de higiene da secretaria de saúde (avental, touca e luvas).

**Atribuições do Agente de apoio:**

* Zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;
* Selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;
* Servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;
* Informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;
* Conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;
* Zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do deposito da merenda escolar;
* Receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;
* Auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;
* Respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;
* Participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

**Agente de Apoio (Serviços Gerais)**

Cabem aos serviços de manutenção e limpeza, as tarefas de higiene e conservação do estabelecimento de ensino.

A execução das tarefas de manutenção e limpeza estará sobre a subordinação do gestor do estabelecimento.

**Atribuições do Agente de apoio (Serviços Gerais)**

O auxiliar operacional (agente de Apoio) tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino.

A competência e responsabilidades emanadas da função de Agente de apoio estão regidas no regimento Escolar, dentre as quais se destacam;

* Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
* Utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
* Zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
* Auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de inicio e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
* Atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
* Auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;
* Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitando o seu período de férias;
* Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
* Coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
* Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aqueles que concernem à especificidade de sua função.

**10. O PAPEL DAS INSTÂNCIAS COLEGIADAS (A.P.M.E, CONSELHO ESCOLAR):**

**A.P.M.E. – Associação de Pais, Mestres e Educandos:** Colegiado representativo de pais, professores e dos diversos segmentos da comunidade (sociedade civil). Essa associação possui um papel fundamental no andamento da escola, pois tem a incumbência de trabalhar em consenso com a direção para o bem da comunidade escolar, em torno de suas dificuldades em seus diversos aspectos. Tem também a incumbência de acompanhar detalhadamente o trabalho administrativo e pedagógico idealizado e realizado pela instituição.

**Atribuições da A.P.M.E – Associação de Pais, Mestres e Educandos:**

As atividades e responsabilidades atribuídas à APME são regulamentadas no próprio estatuto, estando relacionadas com a escola e a comunidade.

**Conselho Escolar:** O conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED.

O conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o (a) diretor (a) escolar.

O conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino.

**Atribuições do conselho Escolar:**

O Estabelecimento mantém o **Conselho Escolar**, (Associação de Pais e mestres) com regimento o próprio, cujo funcionamento se dará em conformidade com a legislação vigente, num trabalho de cooperação com a Equipe Diretiva.

O Conselho Escolar (Associação de Pais e mestres) será constituído pelos seguintes Segimentos:

Direção;

Representante Técnico-Pedagógica;

Representantes do corpo docente (fundamental maior; menor; modalidade EJA e Ed. Especial);

Representantes do Corpo Discente (fundamental maior, da modalidade EJA );

Representante dos Pais;

Representantes dos funcionários dos Servidores Públicos (Técnicos Administrativos e Serviços Básicos) ;

Compete ao Conselho Escolar (Associação de Pais e Mestres):

Participar na elaboração e na discussão do: Regimento Interno; Projeto Político Pedagógico - PPP e do Referencial Curricular da referida Unidade de Ensino;

Participar nas decisões sobre as penalidades de maior gravidade atribuídas por este Regimento a estudantes, professores e demais funcionários;

Participar nas situações especiais que venham ocorrer entre estudantes, professores e demais funcionários da Unidade de Ensino;

Participar do gerenciamento de recursos, sua aplicação e execução.

**11. RECURSOS QUE A ESCOLA DISPÕE:**

Nossa escola é mantida pelo Governo do Estado de Sergipe, recebendo recursos da **Fundepar**, através do **Fundo Rotativo**, que tem por finalidade a manutenção da escola, na efetivação de despesas relacionadas com as atividades educacionais: compra de materiais de consumo, tais como gêneros alimentícios para complementação de merenda escolar, materiais de expediente, materiais esportivos, de limpeza, didático, material escolar, utensílios de copa e cozinha, na execução de atividades extracurriculares, reparos no prédio e outros materiais como: lâmpadas, livros, enciclopédias, fitas de vídeo e DVDs, além de outros.

A instituição recebe o **PDDE(Programa Dinheiro Direto na Escola**, recurso este que visa garantir uma educação de qualidade para todos, tendo como objetivo principal contribuir na manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica da instituição de ensino.

Além desses recursos, a instituição de ensino, através da APMF, lança mão de recursos próprios, por intermédio de promoções festivas, para o comportamento às necessidades da escola, no que diz respeito às questões financeiras.

**12. QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, FUNCIONARIOS E ESPAÇOS:**

**12.1 Identificações dos recursos já existentes:** a nossa instituição de ensino conta com recursos audiovisuais como TV, rádio, vídeo, retroprojetor, data show, máquina fotográfica, filmadora, computador na sala dos professores, para que estes possam servir como instrumentos enriquecedores do processo pedagógico. O que na verdade enfrentamos, é a despreparação dos profissionais docentes para lidar com as tecnologias. A necessidade de uma formação abrangendo esse aspecto se faz urgente, para que os recursos existentes possam realmente servir como aliados e facilitadores do processo educativo. Em relação aos recursos humanos na escola, não temos pessoal suficiente para atendimento de nossa realidade, pois num turno, não há o atendimento da equipe pedagógica, ausência do Coordenador da Prática de Formação de Coordenador do Curso de Formação de Docentes. Em vista disso, muitas vezes há o acúmulo de funções, interferindo na qualidade do trabalho empreendido pelos profissionais na escola. Na visão coletiva de pais e alunos, a nossa escola necessitaria de um laboratório de informática, para dar conta de atender às necessidades contemporâneas. Em relação aos materiais de pesquisa e o acervo bibliográfico da biblioteca escolar, há a necessidade de algumas melhorias, pois muitos dos recursos recebidos não dão conta de atender à compra de bibliografias atualizadas para enriquecimento da aprendizagem do aluno. Outra questão enfrentada pela nossa escola é a falta de espaço físico. Temos a necessidade de ofertar a sala de recursos, mas esta não pode ser efetivada por falta de espaço adequado. Devido ao aumento da demanda do número de alunos matriculados no curso de Formação de Docentes e do funcionamento da Prática de Formação em contra turno, há a improvisação de uma sala que serve como espaço para as aulas em contra turno e aonde também funciona a sala de apoio a aprendizagem dos alunos do 6º ano. Temos a praça de leitura, onde, ao ar livre podem ser realizadas leituras e demais atividades enriquecedoras ao currículo, mas esta se encontra em estado de conservação precário. Possuímos uma quadra de esportes coberta, mas sem as condições efetivas de segurança aos alunos para a prática das atividades físicas. Não há refeitório, sendo o lanche servido nas salas de aula e o pátio não é coberto, dificultando o acesso dos professores e alunos às salas de aula do pavilhão aberto. Enfim, na realidade da nossa escola ainda falta àimplementação de políticas públicas para construir um ambiente acolhedor e de qualidade ao processo educativo como um todo.

**Outros aspectos:**

Em relação à participação da escola em eventos educativos extracurriculares, priorizamos o incentivo e o empreendimento de estar abrindo novos espaços aos alunos para conhecimento de outras realidades. Para tanto, a escola sempre procura estar atenta e de acordo com as condições, não só participar, mas como também abrir suas portas para eventos promovidos pelas outras instituições do município. Assim, destacamos a participação da escola como um todo em eventos, tais como:

* Feiras de Conhecimento;
* Concursos;
* Exposições culturais;
* Jogos escolares;
* Outras atividades.

O plano da Ação da Escola, onde se especifica, de acordo com a realidade, a intencionalidade educativa da instituição de ensino se faz de grande importância, pois nele são traçadas metas, sonhos e utopias, entre o que se pode realizar e o que realmente se sonha em ter e fazer. A educação é feita de sonhos e utopias, mas acima de tudo, com metas e significados, e por isso, apresentamos o esboço do plano de ação de nossa escola em torno da Gestão Democrática, proposta pedagógica, formação continuada e qualificação de equipamentos, funcionários e espaços, que se edifica como a nossa visão em torno de nossa escola e da nossa realidade.

**12.2 CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR, HORÁRIOS LETIVOS E NÃO LETIVOS:**

O calendário escolar ordena o tempo, prevê os dias letivos e não letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide os feriados cívicos e religiosos, os períodos para reuniões técnicas pedagógicas, cursos e projetos, conselho de classe e eventos a serem realizados pelo estabelecimento.

O Calendário Escolar deve estar embasado na LDBEN nº 9394/96, a qual determina o mínimo de oitocentas (800) horas anuais, distribuídas por um mínimo de duzentos (200) dias de efetivo trabalho escolar.

A todo ano letivo, quando da elaboração do Calendário Escolar, seguindo as normas e leis estabelecidas para esse fim, o mesmo consta de arquivo na escola, ficando disponível a consulta quando assim o exigir.

**12.3 HORÁRIO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO NASCIMENTO FILHO – ENSINO FUNDAMENTAL**

O horário escolar, que fixa o número de horas por semana e que varia em razão das disciplinas constantes nas diretrizes curriculares, estipula também o número de aulas por professor.

Para o Ensino Fundamental, a carga horária mínima para o ano letivo é 800 (oitocentas horas), distribuídos por 200 (duzentos) dias de trabalhoem sala de aula.

**Horário de Entrada e Saída:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TURNO** | **ENTRADA** | **SAÍDA** |
| MANHÃ | 07 HORAS E 30 MINUTOS | 11 HORAS E 50 MINUTOS |
| TARDE | 12 HORAS E 45 MINUTOS | 17:05 HORAS |
| NOITE | 19 HORAS | 23 HORAS E 10 MINUTOS |

**12.4 Critérios para organização e utilização (Sala de recursos, biblioteca, laboratório de informática)**

A Escola Municipal João Nascimento Filho – J.N.F. Conta com alguns espaços educativos acessíveis a toda a comunidade escolar, como sala de informática, sala de recursos e biblioteca, nos quais são utilizados para a realização de pesquisas, entre outros, para alunos, professores, funcionários e Equipe Pedagógica.

**Sala de Recursos:**

A INSTITUIÇÃO Nº 05/04 estabelece critérios para o funcionamento da SALA DE RECURSOS para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, na Área da Deficiência Mental e Distúrbios de Aprendizagem.

A Sala de Recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica, que apóia e complementa o atendimento educacional realizado em Classes Comuns do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano.

Os alunos regulamentem matriculados no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam problemas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, distúrbios de aprendizagem e/ou deficiência mental e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na Classe Comum, devem ser encaminhados à Sala de recursos, para receber atendimento pedagógico especializado.

A sala de Recursos possui funcionamento de acordo com Instrução Normativa própria, as quais devem ser rigorosamente seguidas. Nesta são emanadas questões referentes ao número de alunos por sala, implementações pedagógicas, adaptação curricular e organização do horário do professor regente, bem como o sistema de avaliação especifico.

**Biblioteca:**

A biblioteca tem por finalidade subsidiar a pesquisa, leitura e a informação ao educando, professores, funcionários e comunidade em geral em todos os níveis de ensino ofertados pelo estabelecimento.

Esta deve ser um espaço de aprendizagem, de desenvolvimento cultural, autonomia intelectual e pensamento critico e a formação de leitores, onde se possa despertar a criança para a leitura, sendo esta vista como a atividade predominantemente lúdica e que leva ao aperfeiçoamento cultural e pessoal.

A Biblioteca será regida por um regulamento próprio, onde estarão explicitados sua organização, funcionamento e atribuições dos bibliotecários.

**Laboratório de informática:**

O laboratório de informática tem o objetivo de facilitar o uso de metodologias didáticas que facilitem o processo ensino-aprendizagem, despertando o gosto pela pesquisa e o saber, dando acesso à informação, onde professor e aluno se integrem, buscando o conhecimento através da investigação, de forma a transformar o conhecimento em ação concreta, possibilitando o bem comum.

Na sua parte física, o laboratório ocupa um espaço próprio, determinado para este fim e são composto por um servidor central, com vinte monitores, teclados e mouses ligados num único computador, ou seja, ligados a uma única CPU e funcionando como se fossem computadores independentes.

Na utilização dessas novas tecnologias optou-se pelo software livre, tanto no sistema operacional – que é o Linux, quanto os aplicativos usados, como software de editor de textos, planilha de apresentação e navegadores.

O uso do laboratório bem como as principais normas relativas ao seu funcionamento encontra-se especificadas no Regimento Escolar.

**12.6 DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE; DO CURRÍCULO; DAS ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:**

Entende-se que a avaliação da aprendizagem é uma questão político-pedagógica e deve contemplar as concepções de homem, de educação e de sociedade, o que implica em uma reflexão crítica e contínua da prática pedagógica da escola e sua função social. Para tanto, há necessidade de referenciais claros no processo avaliativo, não podendo limitar-se à verificação da aprendizagem de conteúdos ou atividades, fazendo uso tão somente dos instrumentos de provas e notas, embora façam parte do processo. Por isso, a avaliação deve contemplar uma concepção mais ampla, uma vez que envolve formação de juízos e apreciação de aspectos qualitativos. Esta deve ser compreendida como uma ação reflexiva do processo da aprendizagem, pois é um instrumento essencial no desenvolvimento sócio-afetivo e cognitivo. Na educação, a avaliação deve acontecer de forma organizada e planejada de acordo com as normas que regem o Sistema de Ensino.

Ramos e Moraes (2000) colocam que a avaliação do desempenho docente, dos funcionários, do currículo, das atividades extracurriculares e do Projeto Político Pedagógico, contribui para a melhoria da qualidade de ensino, independente do nível. Sendo processo imprescindível quando o docente e os funcionários pretendem qualificar suas ações em direção a um ensino mais qualitativo, mais adequado à realidade e mais humano.

Nesse sentido, o estabelecimento de ensino, tem como objetivo a avaliação dos docentes e funcionários, verificando a qualidade das ações destes no processo de ensino-aprendizagem e prestação de serviços.

Acredita-se através de um processo continuo de formação e avaliação, estes auxiliarão na tomada de decisões e conseqüentemente na melhoria do ensino-aprendizagem ofertado pela escola.

Ao avaliar o desempenho dos professores e funcionários, os critérios estarão de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos competentes. Na apreciação, seráobservada a pontualidade ao trabalho, a produtividade, o aperfeiçoamento profissional e a assiduidade.

Assim, ao avaliar os envolvidos no processo educacional da escola, também se avaliará o currículo e as atividades extracurriculares, observando-se as práticas pedagógicas e verificando o andamento do processo de aprendizagem, para que haja as mudanças necessárias e novas tomadas de decisões.

**12.7 INTENÇÕES DE ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS:**

A escola, a qual se pretende construir, deve ser um espaço acolhedor que garante o acesso, a permanência e os avanços efetivos na aprendizagem do aluno. As diferenças individuais possibilitarão a atenção e trato com a diversidade e deve ser o eixo norteador da inclusão educacional.

Na intenção de acompanhamento aos egressos, essa instituição de ensino faz um acompanhamento com pais e alunos egressos da 4ª série do Ensino Fundamental no sentido de acolhê-los, orientá-los e acompanhá-los durante o ano letivo e especialmente no inicio dele.

Em relação aos alunos egressos dos 9º anos, o trabalho é diferenciado, pois, na sua grande maioria, os mesmos já estudaram neste estabelecimento. Sendo assim, é feito um trabalho de orientação vocacional, respeitando-se as especificidades do curso a nível Médioque porventura, tenham escolhido.

Os educando egressos do Ensino Médio para o profissionalizante – Aproveitamento de Estudos – também recebem as devidas orientações e acompanhamento necessário para a sua inclusão.

Os educados matriculados e desistentes acima de dezoito anos, quando egressam após meses, a escola fazem um trabalho de acolhimento e acompanhamento do educando no sentido de o mesmo superar a defasagem de conteúdos através de realização de trabalhos, pesquisas ou outro tipo de estudo que se fizer necessário.

**12.8 PRÁTICAS AVALIATIVAS/AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:**

A Avaliação Institucional é hoje um desafio para todas as instituições de ensino, pois possibilita analisar suas ações administrativas, técnicas e pedagógicas de maneira crítica e participativa, permitindo perceber suas possibilidades e limitações, bem como apontar caminhos para a tomada de decisão em relação ao pensar e o agir institucional, em busca de melhor qualidade de ensino.

Com isso, a escola manifesta à sociedade o que quer, no intuito de melhorar-se e para isso se torna aberta, flexível, autocrítica, revelando-se uma instituição séria e comprometida com seu processo de qualificação.

A avaliação institucional é um momento muito importante, pois é nesta parada para reflexão que todos os profissionais da instituição: professores, direção, pedagogos, alunos, pais, funcionários,A.P.M.E., Associação Estudantil, Conselho Escolar e outros segmentos, tomam consciência de tudo que está funcionando na instituição e de tudo que precisa ser melhorado, ou seja,buscam replanejar, repensar, dar outro sentido ou significado as suas ações. Pretende, portanto diagnosticar, planejar e agir.

**12.9 RECUPERAÇÕES DE ESTUDO/RECUPERAÇÃO PARALELA:**

A recuperação de Estudo de forma paralela será oferecida em conformidade com o regimento escolar e de acordo com as regras normatizadas pelas leis de instâncias educacionais superiores.

No Art. 73, da LDBEN, especifica-se que “a recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento continuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos”.

E ainda, no Art. 74, da mesma lei, determina que “para os alunos de baixo rendimento escolar será proporcionada Recuperação de Estudos, de forma paralela, ao longo da série ou período letivo”.

A recuperação de estudos, o professor deverá considerar a aprendizagem do aluno no decorrer do processo e, para aferição do bimestre, entre a nota da avaliação e a da recuperação, prevalecerá sempre à maior.

As formas assumidas para a efetivação da Recuperação Paralela poderá ser através de pesquisas, trabalhos individuais e em grupos, revisão de conteúdos e avaliação ou formas próprias adotadas pela escola, obedecidas às normas estabelecidas em lei.

**12.10 HORAS ATIVIDADE:**

O sistema de ensino oferece ao docente a hora atividade, conforme a lei municipal Nº 13.807 de 30/09/2002. Dentro da organização do horário escolar dessa instituição de ensino, o professor a realiza individualmente ou em grupos divididos por áreas, quando possível.

Sempre que necessário, com o auxilio da Equipe Pedagógica da escola, essa instituição de Ensino realiza um contato mais direto com o professor, percebendo suas dificuldades, anseios e avanços no processo pedagógico.

Na hora atividade, o professor tem à sua disposição, um acervo bibliográfico, computador, impressora, vídeo cassete, DVDs, e laboratório de informática com acesso à internet, os quais proporcionam um maior campo de pesquisa e acesso á informação, que oportuniza um planejamento e aprofundamento nos conteúdos, visando um melhor preparo e qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

**12.11 CONSELHOS DE CLASSE:**

**Conselho de classe:** instância formada pelo grupo de professores, direção e equipe pedagógica, resultando de toda a ação proposta pela escola em torno do trabalho com os conteúdos, metodologias e avaliação. Deve ter como prioridade a discussão e a busca de soluções em torno das dificuldades dos professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem.

O regimento escolar deste estabelecimento de ensino destaca em seu artigo Art. 37 que “O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didáticos pedagógicos, com atuação restrita a cada classe do estabelecimento de ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso”.

Ainda determina no Art. 41 que “O conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada bimestre, em datas previstas no calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que um fato relevante assim o exigir”.

As atribuições do Conselho de Classe estão especificadas no Regimento Escolar da Instituição de Ensino, bem como as formas de registros pertinentes a essa ação pedagógica.